AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU,* referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (https://monografiashistoriaufu.wordpress.com).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia.* Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

Cláudio Alberto dos Santos

1506

ATU / 1981-1995:

HISTÓRIAS DE LUTAS POR UM LUGAR AO SOL PARA O *TEATRO*

1.506
LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA - CDHIS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.º
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL
1328

Uberlândia, agosto de 1999.

Cláudio Alberto dos Santos

Monografia apresentada como conclusão do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação do Prof. Dr. Alcides Freire Ramos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA COMIS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV UNIVERSITÁRIA S/N.°
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

Uberlândia, agosto de 1999.

BANCA EXAMINADORA

Professor Alcides Freire Ramos

(Orientador)

Professora Rosângela Patriota

(Banca Examinadora)

Professor Luiz Humberto Arantes

(Banca Examinadora)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA CDHIS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/Nº
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

"Brilhar pra sempre
brilhar como um farol
brilhar com brilho eterno
gente é pra brilhar,
que tudo o mais vá pro inferno"
(Maiakóvski)

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos: ao meu orientador, Alcides Freire Ramos pela sua paciência, perspicácia, criatividade e respeito à autonomia e identidade dos orientandos; à Professora Rosângela Patriota pelo incentivo e pelo exemplo de amor ao teatro; a todos os entrevistados pela disponibilidade e atenção apresentada, a todos os membros do NEHAC (Núcleo de Estudos sobre a História Social da Arte e da Cultura) - principalmente ao Marcos Menezes, ao Professor Narciso Teles e ao colega Luciano, pelas discussões proporcionadas sobre este trabalho; às Gestões 97/98 e 99/2000 da ATU pelo valor dado á memória histórica e por terem possibilitado o acesso à toda documentação, ao Professor de Teatro da UNI-RIO, Zéca Ligiéro pelo empréstimo de material de pesquisa, ao pessoal do CDHIS e do Arquivo Municipal. Não poderia de esquecer de agradecer ao PIBIC/CNPq por ter possibilitado a realização dessa pesquisa através de seu financiamento.

Dedico este trabalho à memória de meus pais, Alva Martins dos Santos e Aleixo Pereira Marinho.

À pessoa que me fez redescobrir o sentido da vida através do amor, Jeane Maria Caixeta.

À minha família e ao Fernando Peixoto, minhas principais fontes de inspiração

A todos os artistas teatrais que passaram pela ATU e ao teatro, principalmente aquele comprometido com as causas e problemas das *classes populares e oprimidas*, dedico este trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO _____ p. 10

1. Rompendo o Muro de Silêncio _____ p. 10

2. O Caminho da Busca da Verdade _____ p. 15

CAPÍTULO I

DESSE TRONCO SAÍRAM MUITOS GALHOS _____ p. 24

1. 1981/1985 - Uma luz no fim do túnel _____ p. 24

2. 1986/1995 - Do Brilho Mais Intenso à Vertigem da Queda _____ p. 37

2.1 - A Alteração na Balança de Poder do Movimento _____ p. 88

2.2 - Quando se espalha o Veneno do "cada um por si" _____ p. 89

2.3 - E a Vaca foi para o Brejo e levou a Utopia junto _____ p. 91

2.4 - Juventude: Quem te Viu, Quem te Vê _____ p. 95

CAPÍTULO II

ATU: O CENTRO DE UM CRUZAMENTO _____ p. 97

CONCLUSÕES: Cacos de Um Universo em Contínua Expansão _____ p. 113

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O Sol se Põe Mas a Alvorada Vem...Para Quem Corre Atrás _____ p. 121

BIBLIOGRAFIA p. 123

INTRODUÇÃO

"O teatro amador é nada mais nada menos do que virtualmente quase todo o teatro brasileiro fora dos dois grandes centros."
(Yan Michalski)

"Nunca é tarde demais para abandonar preconceitos"
(Henry David Thoreau)

História social da arte e ação cultural são assuntos que têm despertado a atenção e até mesmo a preocupação de pesquisadores, profissionais das áreas de educação e cultura, artistas, militantes, enfim, pessoas em geral interessadas em promover discussões e reflexões acerca da importância deste debate na atualidade.

A questão central da pesquisa foi buscar construir a história da Associação de Teatro de Uberlândia (ATU) no período compreendido entre 1981-ano de sua fundação - e 1995 ano em que passa por uma grande crise. [1]

[1] As associações são constituídas por pessoas que perseguem interesses mútuos e pessoais ou então objetivos coletivos. Trata-se de entidades organizadas de indivíduos coligados entre si por um conjunto de regras reconhecidas e repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes. Possuem diversos pontos de semelhança com os sindicatos. Da mesma forma que eles, sua atuação baseia-se nas lutas cotidianas em defesa dos interesses e direitos de seus representados. Buscando para isso, fiscalizar constantemente os projetos de emendas, decretos e atos administrativos dos Poderes Públicos, fazendo uso, de todos os intrumentos legais (e legítimos) para garantir esses mesmos direitos. Além de realizar diversas atividades independentemente e buscar fornecer condições para a manutenção de eventos e produções culturais. Normalmente, diferentemente dos sindicatos, as associações representam somente os interesses dos filiados à elas, sendo que a organização de sua estrutura a nível nacional é bem menos centralizada e verticalizada do que a dos sindicatos. No entanto, a principal preocupação metodológica, foi a de analisar essas entidades no contexto da sociedade em que elas atuam.

Essa entidade cumpriu um papel fundamental no desenvolvimento do teatro nesse período, talvez muito mais significativo que a grande maioria das pessoas acredita.

A partir das práticas e discursos que a constituíram, procuramos compreender quais foram os significados que suas ações produziram na dinâmica da realidade social historicamente problematizada, bem como, entender sua dinâmica interna nesse processo.

A abordagem adotada por nós nesse estudo, pretendeu indagar e refletir não apenas acerca dos êxitos, conquistas, triunfos, e vantagens dessa entidade, mas também, no que se refere aos seus problemas, conflitos, dificuldades, derrotas, refluxos, limites e sofrimentos tanto internos quanto externos.

Nessa perspectiva, dentre as inúmeras questões que foram problematizadas no decorrer da pesquisa, vale destacar algumas como:

a) no que concerne à sua *organização interna*, perceber se sua forma de estruturação e funcionamento foi capaz de garantir aos grupos teatrais - isto é, às bases - a gestão da entidade e o encaminhamento do movimento; identificar se nessa associação houve práticas que revelaram sectarismo, burocratismo, partidarismo, internismo, centrismo e cupulismo; verificar as transformações ocorridas neste período e seu sentido, quer em termos de planos e projetos, quer de realizações; saber se empreendeu pesquisas sobre os recursos humanos, financeiros e materiais da cidade e região passíveis de serem canalizados para apoio ao teatro amador; analisar se seus estatutos não apresentam traços de autoritarismo, hierarquização, centralização e verticalismo; saber se foi na época de sua dissolução que a ATU esteve mais dividida; descobrir e refletir sobre quais os fatores que levaram ao esvaziamento dessa entidade e se isso deve-se ao fracionamento das forças, desfazendo progressivamente a articulação entre os grupos e a associação ou então

pela inexistência de interesse dos grupos em nela se fazerem representar, passando a não intervir, participar e a não cobrar da entidade o que se queria etc; perceber se sua estrutura e funcionamento foram estabelecidos de modo a dar reais condições de operações para ser suficientemente flexível e dinâmica de modo a atender às transformações possíveis de uma realidade em movimento;

b) no que diz respeito às suas *atividades externas,* buscamos analisar e avaliar de que modo a ATU contribuiu em suas diferentes formas de atuação e nas diferentes gestões de sua diretoria, para dar maior abrangência e vitalidade ao teatro de Uberlândia; descobrir como foi seu entrosamento com órgãos e instituições públicas e privadas; levantar e analisar as denúncias realizadas por essa entidade; saber os níveis em que essa organização teve uma real e verdadeira representatividade, ou seja, quando representou realmente os interesses dos grupos amadores em nome de quem falava e agia; descobrir se essa associação lutava no sentido da unidade e da articulação dos grupos dispersos e sem contatos espalhados pela periferia;

Assim, o objetivo principal foi buscar escrever a história da ATU, tanto de sua dinâmica interna quanto das atividades externas. O segundo objetivo que se nos afigurou, também, de maior importância, foi refletir sobre os fatores que contribuíram para a interrupção de suas atividades em 1995.

Quando fizemos anteriormente a pesquisa sobre a história do teatro na cidade, a realização de entrevistas e a consulta aos jornais e revistas deixaram patente uma lacuna, um silêncio a respeito da ATU. As informações obtidas acerca dessa entidade foram mínimas. Essa insuficiência de dados e registros, levou-nos a concluir pela *necessidade* de ampliarmos esse número de informações, bem como, pela urgência de tecermos reflexões mais elaboradas a respeito dessa entidade, a fim de evitarmos uma real superficialidade na discussão. O que por sua vez,

comprometeria a pesquisa como um todo, dada a relevância desse tema numa análise mais global do teatro amador na cidade de Uberlândia.

Existe uma carência bibliográfica na área das entidades representativas dos grupos de teatro, sejam profissionais sejam amadores, especialmente com uma abordagem histórica e mais total, envolvendo as dimensões política, cultural, social e econômica. Percebemos que os poucos livros existentes sobre os grupos amadores não abordam a questão das associações e sua relevância no movimento teatral.

Cabe lembrar, que a perspectiva adotada, de realizar o resgate dos conflitos e complicações existentes não somente na relação do segmento que compõe a ATU com os poderes instituídos da sociedade (Prefeitura, Governo Federal, empresas comerciais, etc.), mas também dos problemas internos, não destacando dessa maneira, apenas as suas qualidades, contribui sobremaneira para a construção de um profundo, crítico e dialético conhecimento do *real*, além de motivar e subsidiar uma ação presente, dinâmica, auto-crítica e transformadora.

A realização de pesquisas dessa natureza são extremamente importantes, pois, além do caráter de **preservação** que a mesma assume ao focalizar uma entidade excluída da historiografia local, contribui para o avanço de novos espaços, onde outros sujeitos sociais possam firmar-se na cena histórica como personagens reais que embora tenham tido suas ações ignoradas ou ocultadas, deixaram o valor de suas experiências e de seus modos de vida nos registros históricos. Nesse sentido, trata-se de buscar contribuir numa perspectiva social para o desenvolvimento dos estudos sobre as atividades e instituições ligadas ao *fazer* artístico e cultural, já que no mesmo estão presentes relações de dominação e insubordinação "garantindo certas modalidades de relações sociais e colaborando na constituição de certa memória". [2]

---

[2] SILVA, Marcos A. "O Trabalho da Linguagem" *Revista Brasileira de História*, vol. 8, n. 19/20, set. 1985, págs. 45 a 61.

Assim, pesquisas como essa, contribuem também para o rompimento de dissimulações de diferenças, preconceitos, desigualdades sociais e contradições diversas, ao apontarem efetivamente para uma maior democratização das falas sobre um mesmo acontecer histórico e para uma análise mais crítica do real.

Mediante tudo isso, é que acreditamos que se tornava indispensável ampliar e aprofundar as discussões e reflexões das formas de organização e ação do teatro que se fazem além dos grupos teatrais.

2. O CAMINHO DA BUSCA DA VERDADE

"A Um Historiador:
Você, que fala das coisas passadas, tem explorado só o lado de fora, as superfícies das raças, a vida como ela se deixa ver, tratando o ser humano como uma criatura de políticos, agregados, governantes e sacerdotes..."

(Walt Whitman)

"Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo tal como ele propriamente foi. Significa apoderar-se de uma lembrança tal qual ela cintilou no instante de um perigo (...) O perigo ameaça, tanto o conteúdo dado da tradição como aqueles que a recebem. Para ambos é um só e mesmo perigo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. (...) Ora, dominantes do momento são os herdeiros de todos aqueles que uma vez venceram"

(Walter Benjamin)

Primeiramente, é bom que se diga que para nós a verdade possui a grandeza de conferir à vida e ao mundo, um sentido e um valor que não teriam se fossem considerados indiferentes à verdade e à mentira. De certa forma é ela que justifica estar vivo, ter utopias e lutar para realizá-las.

Sim. Para nós, a verdade além de ser profundamente humanista, é revolucionária.

Calma leitor ! Não nos venha com as mãos cheias de pedras para nosso caminho. Nós mal começamos a percorrê-lo. Também sabemos como você, da impossibilidade da verdade pura, universal e...absoluta. Claro é, que a consciência humana possui limites e que todas as concepções de verdade possuem uma historicidade imanente.

A pesquisa em história há muito perdeu a pretensão cientificista de escrever toda a verdade sobre fatos, fenômenos e situações da vida humana. No mínimo, seria extremamente ingênuo resgatar esse ideal do século XIX.

O que estamos propondo não é escrever a verdade, mas sim buscá-la. A "simples" busca é o que nos interessa e satisfaz. Nesse sentido, aceitamos como exigências vencer o dogmatismo, os preconceitos, o senso comum, as diluições, as opiniões estabelecidas, as crenças infundadas, mas também, o ceticismo e a descrença total em relação à importância da busca da verdade.

Entre a fé na verdade absoluta e definitva e o completo ceticismo ou relativismo, existe o valor do caminho.

Par nos auxiliar nessa trajetória buscamos contar com o rigor teórico-metodológico. É sobre isso que vamos falar agora.

O trabalho desenvolvido passou por diversas etapas. Exporemos a seguir o caminho percorrido, bem como, as constantes reflexões que o nortearam, trazendo à luz os procedimentos efetuados e o por quê de suas escolhas no trato do material - fontes orais, textuais e iconográficas.

Trabalhamos com depoimentos e entrevistas de artistas teatrais e ex-diretores da ATU na época estudada: *Flávio Arciole* - ator, diretor, tenor de ópera e figurinista, formado no curso superior de Artes Plásticas, funcionário da UFU, nascido em 1951 em Uberlândia; *Luiz Alberto de Souza* - ator, diretor, artista plástico, cenógrafo, formado no curso superior de Artes Plásticas, funcionário da Prefeitura Municipal, nascido em Uberlândia em 1953; *Umberto Tavares* - ator, nascido em Uberlândia em 1962, solteiro; *Sebastião Eurípedes Cassimiro*, nascido em 16/11/57 em Uberlândia, ensino médio completo, ator e instrutor teatral, casado; *Maria Amélia Fernandes* -assistente de produção de programas televisivos, nascida em 19/03/63 na cidade local, divorciada; *Luiz Humberto Garcia de Oliveira* - ator,

nascido em 18/03/65 em Uberlândia; *Glaydes Chaves Pamplona* - pequeno empresário, jornalista e ator, formado em Comunicação Social na UFRJ, nascido em 28/08/58 em Uberlândia, solteiro; *Luiz Humberto Martins Arantes*, ator, diretor e ex-membro da ATU, nascido em 07/12/1968 em Tupaciguara - MG, cursa o Mestrado em História na UNESP de Franca/ SP, reside em Uberlândia há mais de 23 anos.

Pesquisamos também na documentação da ATU, onde encontramos: atas de reuniões das diretorias e das assembléias, estatutos, correspondências, fichas de filiados, documentos contábeis, ofícios, circulares, jornais, revistas, cartazes, boletins, informativos e panfletos produzidos pela própria entidade, além de fotografias, recortes de matérias e artigos dos jornais locais e manuscritos inéditos, que avaliados no seu conjunto, ofereceram um amplo e consistente campo de pesquisa.

A utilização das fontes orais como material de pesquisa possibilitaram incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador, mas nos permitiram conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até agora.

A relevância de seu uso pode ser percebida em diversos aspectos, sendo que um deles, é que não se chega apenas a um conhecimento dos fatos, mas também a forma como o grupo os vivenciou e percebeu. Pois como ressalta Garrido "É de importância capital resgatar a subjetividade, mas não confundi-la com os fatos objetivos. Esta aproximação crítica ao testemunho oral consegue-se mediante dois procedimentos de caráter interativo: um, com a documentação escrita existente, e outro com o resto do *corpus* de documentos orais. Daí, a importância de se estabelecer uma relação dialética entre os diversos tipos de fontes." [3]

[3] GARRIDO, Joan del Alcazar. "As Fontes Orais na Pesquisa Histórica: Uma Contribuição ao Debate". *Revista Brasileira de História*, vol. 13, n. 25/26, maio de 1995, p. 21 a 38.

No que diz respeito às fontes orais, três instrumentos de coleta de material foram utilizados por nós: o depoimento gravado, a ficha do informante e o diário de campo. Em relação aos depoimentos, compreendemos que em função do que se pretendia desvendar, a qualidade das informações dependia em grande parte do informante escolhido. A seleção do mesmo, basicamente proveu de duas orientações, uma decorrente do tema emergente em pauta e outra decorrente de se saber que determinado indivíduo possuía conhecimentos relevantes acerca do tema.

Num primeiro momento, utilizamos nas entrevistas, a "técnica da liberdade", em que o informante tinha autonomia em relação ao pesquisador na abordagem do tema e no fornecimento de informações. Ele mesmo governou a escolha do que iria dizer, o seu ritmo, a ordenação dos assuntos, com o mínimo possível de influência exterior visível sobre o que diz e o que faz saber. "E é nessa liberdade do informante que reside o ilimitado potencial do que pode fornecer. Qualquer informação se torna, então proveitosa, podendo abrir horizontes que o pesquisador não suspeitara". [4]

Posteriormente, para o aprofundamento das questões elucidativas, as entrevistas foram *dirigidas*, com a preparação anterior de um roteiro com objetivos e estratégia de trabalho definidos. Nesse caso, o informante teve que se conformar com um ritmo de perguntas que não era o seu, e com perguntas orientadas por motivações que não eram as suas.

Cada depoimento foi acompanhado de uma *ficha de registro do informante*, na qual constou: Nome, Apelido, Escolaridade, Sexo, Idade, Profissão (no passado e no presente), Local de Residência, Nacionalidade, Naturalidade, Religião, Cor e Estado Civil. A importância dessa ficha deve-se primeiro, ao fato de que ela registra a situação atual do informante, que sempre influencia sua memória. Lembrar, como

[4] QUEIROZ, Maria, I. Pereira de. *Variações Sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*. São Paulo, Ed. USP, 1985, p. 68.

diz Ecléa Bosi, " ... é uma atividade do presente, por isso é fundamental conhecer o presente do informante". [5]

O terceiro instrumento de coleta foi o *diário de campo*. Onde constaram anotações registrando as condições em que foram feitas as entrevistas (quem, onde, quando, como), e as observações durante a pesquisa. Compreendemos o valor desse instrumento fundamentalmente no que se refere a fornecer bases para a reflexão crítica sobre os vários aspectos da pesquisa, reformulando-os quando necessário e buscando descobrir sua amplitude e suas limitações.

A interpretação das fontes textuais foi orientada pelo método de análise do discurso desenvolvido pela Lingüística. Segundo este método, um texto não pode ser analisado apenas sob a ótica da informação e da comunicação, ele deve ser interpretado à luz do contexto onde ele é produzido, pois o "destinatário é responsável pelo conteúdo de um discurso quanto o seu autor." [6]

No trato com os jornais, revistas, boletins, informativos, panfletos e revistas, admitimos como Capelato e Prado em *O Bravo Matutino*, a impossibilidade da imprensa -seja qual for- ser "mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos a nível isolado da realidade político-social na qual se insere" pois entendemos "a imprensa como um instrumento de manipulação de interesses e intervenção social". [7] Dessa maneira, compreendemos esses documentos como veículos autorizados socialmente para elaborar, emitir e registrar consensos e contradições, assim como para legitimar posições sociais do grupo que os detêm.

No que se refere às fontes iconográficas, a fotografia em específico foi estudada por nós enquanto um documento histórico, que "apesar do amplo potencial de informação contido na imagem, não substitui a realidade tal como se

[5] BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo, Queiroz, 1979.
[6] ORLANDI, Eni. *O que é Linguistica. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 84.*
[7] CAPELATO , M.H. e PRADO, M.L. *O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. Ed. Alfa Ômega, São Paulo, 1980, p. 19.

diz Ecléa Bosi, " ... é uma atividade do presente, por isso é fundamental conhecer o presente do informante". [5]

O terceiro instrumento de coleta foi o *diário de campo*. Onde constaram anotações registrando as condições em que foram feitas as entrevistas (quem, onde, quando, como), e as observações durante a pesquisa. Compreendemos o valor desse instrumento fundamentalmente no que se refere a fornecer bases para a reflexão crítica sobre os vários aspectos da pesquisa, reformulando-os quando necessário e buscando descobrir sua amplitude e suas limitações.

A interpretação das fontes textuais foi orientada pelo método de análise do discurso desenvolvido pela Lingüística. Segundo este método, um texto não pode ser analisado apenas sob a ótica da informação e da comunicação, ele deve ser interpretado à luz do contexto onde ele é produzido, pois o "destinatário é responsável pelo conteúdo de um discurso quanto o seu autor." [6]

No trato com os jornais, revistas, boletins, informativos, panfletos e revistas, admitimos como Capelato e Prado em *O Bravo Matutino*, a impossibilidade da imprensa -seja qual for- ser "mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos a nível isolado da realidade político-social na qual se insere" pois entendemos "a imprensa como um instrumento de manipulação de interesses e intervenção social".[7] Dessa maneira, compreendemos esses documentos como veículos autorizados socialmente para elaborar, emitir e registrar consensos e contradições, assim como para legitimar posições sociais do grupo que os detêm.

No que se refere às fontes iconográficas, a fotografia em específico foi estudada por nós enquanto um documento histórico, que "apesar do amplo potencial de informação contido na imagem, não substitui a realidade tal como se

---

[5] BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo, Queiroz, 1979.
[6] ORLANDI, Eni. *O que é Lingüística. São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 84.*
[7] CAPELATO , M.H. e PRADO, M.L. *O Bravo Matutino - Imprensa e Ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. Ed. Alfa Ômega, São Paulo, 1980, p. 19.

imagem, da psicologia, da antropologia, da comunicação, pode ser de grande valia, não para assumir conceitos e critérios acabados, mas para com eles reavaliar e construir procedimentos de investigação.

A pesquisa histórica busca ultrapassar a compreensão dos significados dos modos de viver para seus sujeitos. Assim, para os historiadores, representações e fatos não existem em esferas isoladas, pois como observa Portelli: "As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem." [10]

A teoria histórica tem por função refinar conceitos, categorias, como instrumentos para a produção do conhecimento histórico. A teoria não pertence apenas à esfera da teoria: "toda noção ou conceitos surge de engajamentos empíricos e, pôr mais abstratos que sejam os procedimentos de sua auto-interrogação, esta deve ser remetida a um compromisso com as propriedades determinadas da evidência" [11]

Dessa maneira, a historicidade das categorias e dos conceitos nos diz claramente que eles não podem ser tomados como modelos, mas apenas no máximo, como indicadores de expectativa. Com isso, queremos dizer que concebemos a pesquisa em história como um campo indeterminado de possibilidades, onde adotar pressupostos teórico-metodológicos fechados e definições abstratas anteriormente ao contato aprofundado com o material de pesquisa seria submeter as evidências e problemáticas à uma "camisa-de-força" e negar qualquer diálogo entre teoria e a prática. Acreditamos ser justamente esse

---

[10] PORTELLI, Alessandro. "O Massacre de Civitella Val Di Chiana: Mito e Política, Luto e Senso Comum". In: *Usos e Abusos da História*, Rio de Janeiro, 1994, p. 41.

[11] THOMPSON, Edward, P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Rrros*, Rio de Janeiro, Zahar, p. 118.

diálogo mediado por reflexões o que possibilita a reelaboração de conceitos, noções e categorias de análise.

É oportuno acentuar no entanto, que a recorrência aos dados empíricos contidos nas diversas fontes documentais, da mesma forma que pode ser o ponto de referência fundamental e o respaldo necessário para as conclusões de uma determinada pesquisa, em sentido inverso, pode também expressar a sua própria fragilidade. Com isso, o que se pretende afirmar é que atentamos para tudo aquilo que as fontes documentais, "falam" ou "expressam" de maneira direta, mas também estivemos alerta par *ler* através dos silêncios e das omissões. Dessa maneira, as fontes documentais foram pensadas não como o *real* mas como uma *representação* do real. O que significa dizer que para se constituírem em evidências, as informações tiveram que ser analisadas criticamente e interpretadas a partir da racionalidade na qual se inserem.

De acordo com nossa postura teórico-metodológica, compreendemos que em alguns aspectos e dimensões da pesquisa, pequenos detalhes puderam proporcionar a chave para uma realidade mais profunda, inacessível por outros métodos. Isto é, fatos aparentemente insignificantes permitiram-nos saltar para uma realidade complexa. Nesse sentido, estivemos atentos durante essa pesquisa, para os sinais, pistas e silêncios do corpus documental que poderiam nos oferecer indícios de realidades que até então desconhecíamos.

Entendemos que a linguagem hermética, nem sempre é o preço inevitável da profundidade. Em alguns casos pode estar simplesmente escondendo uma incapacidade de comunicação, elevando-a à categoria de virtude intelectual. Suspeitamos que o fastio ou a erudição pela erudição servem dessa forma, mais para bendizer e legitimar a ordem estabelecida, do que para despertar o prazer e interesse pela leitura.

Além de optarmos pela transcrição literal dos documentos nas citações, preferimos não colocar no caso das fontes orais o símbolo (sic), por entendermos que isso soaria preconceituoso além de tornar a leitura desagradável.

Foram esses, os procedimentos fundamentais tomados tanto na coleta quanto na análise do material, os quais ao nosso ver, por ora, foram os mais adequados para estudar o objeto em questão.

CAPÍTULO I

DESSE TRONCO SAÍRAM MUITOS GALHOS

1. 1981/1985:
UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL

"Ele não sabia que era impossível, portanto foi lá e fez"
(Jean Cocteau)

"Se não sonharmos, se não lutarmos por nossos sonhos,
eles nunca se tornarão realidade
(Lênin)

Já pensou no esforço que uma pessoa tem que dispender em trabalhar para viver e/ou estudar, ter um grupo e fazer teatro e ainda ser um integrante de uma entidade organizativa? Será que não há nesses casos, um conflito em saber que não está dedicando toda a sua energia ao trabalho criativo do grupo ou vice-versa?

Pois bem, nossa história vai ser sobre essas pessoas. Mais especificamente na *sua atuação na Associação do Teatro de Uberlândia.*

Essa história começa formalmente no dia 14 de junho de 1981, mais exatamente às 14 horas e 30 minutos, na sede da Associação dos Artesãos de Uberlândia, foi realizada a primeira Assembléia Geral que reunia elementos atuantes na arte teatral amadora desta cidade, conforme convocação feita pela Comissão de Teatro - nomeada para encaminhar as reivindicações da categoria teatral na cidade.

Abílio Tavares, então membro da comissão, abre a reunião explicando que sua convocação tinha como objetivos, a aprovação dos estatutos e eleição da primeira diretoria, efetivando assim, a criação da Associação do Teatro de Uberlândia – ATU.

Oito grupos estavam presentes nessa assembléia – GRUTA, GRETA, Palcos e Quintais, Aquárius, O GRUPO, Monte Negro, Quem Diria, e o Grupo Paulo Pontes.

Depois de sua leitura e discussão, o Estatuto, recebeu a aprovação de todos os presentes. Da mesma forma, a chapa única para a eleição da primeira diretoria, foi aclamada por unanimidade. Sendo a mesma, constituída pelas seguintes pessoas: Abílio César Neves Tavares – Presidente; Alan Guimarães Barbosa - Vice Presidente; Sólon de Freitas – Secretário; José Humberto Tavares – Tesoureiro; Nilberto Argondizo – Relações Públicas.

O objetivo da criação da ATU era tão claro como a água cristalina: "trabalhar em prol da classe teatral uberlandense". [12]

Surgiu inicialmente de uma comissão de negociações que lutava por um espaço junto à Prefeitura, para a realização do FESTIMINAS. Significava força, pois uma associação era algo inédito na cidade até então.

Com ela , os grupos tiveram uma série de conquistas significativas na época: mais datas de apresentação no Teatro Rondon Pacheco, maior espaço na imprensa, contribuiu sobremaneira para a organização dos estatutos e documentos dos grupos que solicitavam sua ajuda, etc.

Por incrível que pareça, o Código Civil brasileiro não colocou na época muitas regras e entraves burocráticos para a criação da ATU como uma associação

[12] ATA da Associação de Teatro de Uberlândia, p. 01. 14/06/81.

com personalidade jurídica, ou seja, que fosse reconhecida como pessoa e que pudesse agir perante o poder judiciário para defender seus interesses e direitos.

Bastou a aprovação do Estatuto dos organizadores da associação e fazerem seus registros no Cartório de Registros de Títulos e Documentos. Assim, não foi exigido que a ATU tivesse livros contábeis nem que ela se registrasse em outras repartições.

Assim, a entidade foi registrada em cartório em 15 de outubro de 1981 sob o n. de ordem 1752 -- com o CGC -20 734 554/0001 - 20 – e reconhecida como utilidade pública sob a lei n. 3429, de 29 desse mesmo mês.

Mas isso só aconteceu depois que a ATU realizou várias assembléias gerais no mês de julho para discutir e aprovar a taxa de inscrição e anuidade que deveriam ser fixados para a filiação dos grupos e seus integrantes. Tal deliberação era necessária o mais rápido possível para efetivar o processo de registro e reconhecimento da Associação, pois a ATU não contava com nenhuma outra fonte de renda.

Em novembro a diretoria da associação reivindica o valor de Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) junto à Prefeitura Municipal. Também é montada uma equipe para elaboração do projeto de pedido de subvenção para ser enviado a coordenação de cultura da FETEMIG. A equipe foi composta pela Cláudia, o Luiz Alberto de Souza, Abílio Tavares e o Nilberto.

No primeiro ano, a associação recebeu doações em dinheiro e em espécie de empresas como Tecidos TITA, Erlan e Casas Uberlândia. Os primeiros filiados além da diretoria, foram os integrantes do "O Grupo". Renato Mismetti, Luiz Alberto de Souza.

Teve despesas com o registro oficial no cartório, cópias de chaves, material de escritório, xerox e impressos, basicamente. A sua primeira prestação foi aprovada em 30/12/81.

Nessa época, a associação era sediada na Av. Floriano Peixoto nº 1097. Uma das maiores conquistas dessa diretoria no primeiro ano de gestão foi a conquista de espaços e datas no Teatro Rondon Pacheco. A entidade passou a participar ativamente do planejamento do Calendário do teatro.

Desenvolveu trabalhos com os grupos, auxiliando-os com materiais, apoiando politicamente, fazendo o trabalho de articulação, intermediando a troca de figurinos, de cenários e reforçando a solidariedade e o intercâmbio entre eles, enfim, contribuindo para o desenvolvimento do teatro.

Essa realização, como podemos ver, representou um inconteste salto de qualidade do movimento ao conseguir gerir grande parte de suas próprias contradições internas, digerindo seus conflitos e articulando a partir de suas bases, uma entidade representativa com certa autonomia ante as tentativas veladas ou explícitas de manipulação provenientes sobretudo dos organismos do Poder Público Municipal.

Em 1982, a ATU perdeu um pouco do embalo em que vinha do primeiro ano, muitos grupos se desfizeram e pessoas foram embora. Mas em 1983, iniciou uma campanha para a continuidade do espaço do "Teatro de Bolso" e organizou uma mostra de grupos filiados com apresentações durante várias semanas nesse espaço.

Essa iniciativa foi importante, pois conseguiu o pagamento de dez meses do aluguel por parte da Prefeitura, o que não resolveu o problema, apenas o adiou, mas, possibilitou um maior fôlego para a continuidade da luta. [13]

[13] Como a cidade quase não tinha espaço para o seu teatro, o Grupo Teatral Troca-Troca com esforço de todos e dinheiro de alguns poucos, alugou um pequeno prédio à Rua Goiás, nº 01, denominado a partir de então "Teatro de Bolso". Apesar de muitos na cidade julgarem essa ação uma aventura irresponsável e outros uma verdadeira

Em fevereiro de 83, a ATU propõe a idéia da formação do "Movimento Cultural de Uberlândia". Essa proposta recebe a adesão de vários outras pessoas ligadas ao meio cultural da cidade. A iniciativa de conquistar novos espaços para discutir as dificuldades dos artistas e das artes, causou muito impacto nesse setor pela necessidade de mais espaços culturais na cidade. Um dos objetivos do "Movimento Cultural" foi conseguir através do Governo Estadual, a concessão do Teatro Rondon por um período de um ano, para se fazer a experiência. Outro objetivo era conseguir que a Prefeitura pagasse o aluguel de um "barracão", para que os artistas pudessem fazer oficinas, ensaios de grupos, treinamento e ministração de cursos, entre várias outras possibilidades que aparecessem.

A ATU e a Associação dos Artesãos, através de reuniões e contatos diversos, fechou em torno do nome de Edsel Brito, para ocupar o cargo de Secretário de Cultura.

Em março de 1983, através de seu representante, a ATU juntamente com outras entidades culturais (Associação dos Artesãos, FETEMIG e Liga das Escolas de Samba) esteve na casa do Prefeito Zaire Rezende com um abaixo-assinado solicitando dele a escolha de Edsel Brito para a futura Secretaria Municipal de Cultura. Escritor, poeta, ator e jornalista, Edsel era uma personalidade ligada à própria cultura, a qual procurou sempre destacar em todas as atividades que exercia.

A reivindicação de seu nome para a SMC (Sec. Mun. de Cultura) possuía seus fundamentos na própria "democracia participativa" pregada pela administração Zaire Rezende. Pois o discurso oficial era de que o Poder executivo priorizaria a vontade popular sobre as injunções políticas. Era cada vez mais forte entre

---

loucura, os integrantes do grupo não deixaram abalar seus ânimos, pois acreditavam que era vital o exercício do teatro, o debate livre das idéias e essa era a sua maneira de colaborar com a transformação da realidade.

Esse espaço foi palco de inúmeras apresentações de espetáculos da cidade e de fora, no entanto, apesar da intensa movimentação do local, os administradores não conseguiram reaver o "capital inicial" investido e mal davam conta de pagar o aluguel, mesmo cobrando 30% da bilheteria de cada evento. Assim, nessa época a própria

intelectuais, artistas, políticos, artistas teatrais, professores, artesãos, bailarinos, poetas, escritores e jornalistas independentes, o nome de Edsel Brito, para ocupar a SMC.

A associação exercendo os seus direitos, continuou liderando a campanha em torno do nome de Edsel. Dessa vez foi até o gabinete do Prefeito e levou um novo abaixo-assinado com mais de 180 nomes solicitando a nomeação do indicado. Com mais essa abaixo-assinado, subiu para 367, o número de pessoas em torno dessa luta.

Em maio a sede da ATU era na praça Dr. Duarte n. 33. Nesse mês já começaram a articular a formação e eleição da próxima chapa.

Dando seqüência às suas atividades, antes do término de 83, a associação enviou um projeto à FETEMIG e à Coordenadoria de Cultura do estado de Minas, para que se instalasse em Uberlândia duas oficinas de teatro: uma para técnica e outra para direção. Pelo visto, esse projeto foi indeferido pelas duas instituições.

Dois integrantes da associação participaram de um encontro de diretores da FETEMIG realizado em Itabira, terra do grande poeta brasileiro, Carlos Drummond de Andrade. De volta, repassaram as discussões, deliberações e encaminhamentos do encontro aos grupos da cidade.

Pra encerrar o ano com chave de ouro, a ATU conquista junto à Secretaria de Serviços Urbanos, o projeto, a confecção e a instalação de painéis nas praças centrais, com a finalidade de divulgar os trabalhos culturais.

No começo de 1984, a ATU realiza a "Segunda Mostra de Teatro Itinerante", com os grupos apresentando-se em diversos pontos diferentes da cidade, conquistando no dia-a-dia com muita luta novos espaços para o "fazer teatral". O objetivo maior dessa mostra era conseguir o entrosamento dos grupos,

---

sobrevivência do lugar estava ameaçada. Daí a intervenção da ATU para a continuidade de suas atividades nesse espaço.

possibilitando-os fazerem suas apresentações e a iniciação de uma campanha pró-teatro em Uberlândia. A associação e o próprio pessoal do teatro como um todo, parecem ter percebido com a realização da primeira mostra, o caráter burocrático e competitivo dos festivais ao terem-no substituído por mostras.

Talvez seja por um receio de que os festivais dividissem o movimento ao repercutirem negativamente na articulação dos grupos, na solidariedade e no relacionamento com a organização. A premiação representando nessa perspectiva, um corte em todo e qualquer esforço de um movimento coeso e do seu conseqüente fortalecimento.

Entre os grupos novos de Uberlândia que apresentam nessa mostra está o Grupo Cena com a peça "Glória e Morte aos Deuses Anarquistas" de José Júlio.

Durante todo o mês de janeiro de 84, o Teatro de Bolso esteve sob a responsabilidade da ATU. Isso aconteceu por que estavam buscando uma alternativa para a manutenção do teatro junto a PMU através do estabelecimento de um convênio entre as instituições.

É nesse ano que vai acontecer um dos fatos mais significativos para área teatral da cidade em sua história: a efetivação das promessas da primeira Secretaria Municipal de Cultura (SMC).

A Secretaria Municipal da Cultura surgiu da Reforma Administrativa proposta pelo prefeito Zaire Rezende e votada na Câmara Municipal em 1983. Assim, houve a separação entre as secretarias de educação e de cultura. Com a separação entre esses dois setores tão carentes, pelo menos em tese eles poderiam ter mais atenção, uma vez que a setorização poderia ter um pessoal, atuação e planejamento mais específicos.

Antes dessa separação, por parte do Poder Público municipal o setor cultural era tido como algo inferior e até submisso o setor educacional. Essa pessoas

estabeleceram uma ordem hierárquica entre as duas áreas, sendo que a prioridade era sempre a educação. Não que tenham investido e proporcionado uma melhoria efetiva na área educacional.

Dessa maneira, como sua criação é fruto também da reivindicação e intervenção dos grupos, era de se esperar que ela atendesse a grande demanda e desejos de mudança por parte desses grupos. Se isso não aconteceu, entre os diversos motivos, podemos destacar o fato de que ela já nasceu impregnada com os entraves do autoritarismo gestados no útero da Ditadura Militar como vimos anteriormente na discussão sobre o Estado.

A associação sem sombra de dúvida, foi no primeiro mês da gestão da Secretária de Cultura, Iolanda de Freitas, a maior oposição dentre as categorias organizadas da sociedade.

Os integrantes da primeira gestão demonstram não terem deixado se governar pelas circunstâncias, pela boa ou má sorte. Souberam superar as armadilhas das opiniões alheias, o medo e controle dos outros. Somente assim, conseguiram levar adiante a empreitada que se propuseram.

O interessante é que os componentes da primeira gestão não foram vistos com "donos do movimento", mas apenas como precursores de um movimento que refletia uma preocupação e um desejo de mudança compartilhado.

Para isso, ela teve que : respeitar e confiar na capacidade das pessoas de decidirem coletivamente sobre suas escolhas e estimular o desenvolvimento destes comportamentos; acreditar na importância de se liberar a energia, a criatividade e o espírito empreendedor das pessoas.

O trabalho de construção de uma entidade é lento, difícil e cheio de obstáculos. Mas na tentativa de facilitar esse caminho e possibilitar uma maior participação dos atores, em março a ATU realizou uma Assembléia, onde aprovou a

reforma do seu Estatuto, o qual recebeu uma nova redação. No mesmo ato estabeleceu a vigência da Diretoria por período bienal, a partir daquela gestão. Logo em seguida, foi eleita a nova diretoria. Composta por José de Oliveira - Presidente; Zéca Ligiéro - Vice - Presidente; Rosária Maria - Secretaria; Jacinto Severino - Tesoureiro; Gilberto Silva - Vice- Tesoureiro e Agostinho Bizinoto como Relações Públicas.

A nova diretoria registra as alterações estatutárias no Cartório de Títulos e Documentos de Uberlândia somente no mês de maio. Mês em que Agostinho Bizinoto publica um artigo no jornal "Primeira Hora" condenando veementemente, a miséria, a fome, o entreguismo, a corrupção, a exploração, a desinformação, a tortura, a "ordem e progresso", o pseudo-patriotismo, a ganância do poder, o analfabetismo e inúmeras outras chagas sociais. No final desse artigo faz um ardoroso apelo pela realização das "Diretas" no país.

Em novembro, a ATU requere que fosse registrada, para fins da lei n. 6.141, de 13 de setembro de 1973 e dos decretos estaduais n. 16. 126, de 04 de março de 1974 e d16. 187, de 02 de abril de 1974, no CEAP - Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social. Além disso, reivindica ao Secretário da Fazenda do Estado de Minas Gerais, a liberação do pagamento de Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) referente a subvenção concedida pelo Deputado Mário Pacheco, conforme publicação no órgão oficial "Minas Gerais".

Em 25 de novembro, a ATU realiza uma Assembléia Geral Extraordinária no Anfiteatro Rondon Pacheco. Ordem do dia: Dissolução da ATU e criação da Associação de Artes Cênicas! Pelo menos essa era a idéia que norteava alguns membros da associação. Todavia a proposta perdeu. Os argumentos ainda pesavam mais do que razões pessoais nessa época. O grupo que defendia a permanência da ATU conseguiu o convencimento e os votos da maioria dos participantes dessa

assembléia, ponderando que não se devia de modo algum, mexer naquilo que estava se erguendo com tanto trabalho e com o apoio das bases. Depois do embate dessas propostas, os grupos divergentes consensualizaram sobre a necessidade de no mínimo, a associação dialogar com outras artes mais abertamente.

Para se elaborar um relatório propondo a criação de novos departamentos e alterações diversas no Estatuto, uma Assembléia Geral realizada pela associação nomeou uma comissão para tal fim.

Nesse mês a ATU lutou pela continuidade e manutenção do Teatro de Bolso junto à SMC. Para isso propôs a desapropriação do imóvel, destinando-o para atividades culturais. Conseguiu a renovação do contrato por mais seis meses.

A implantação de uma associação de teatro que congregue os grupos e indivíduos ligados às artes cênicas de uma cidade do tamanho de Uberlândia não é tarefa para uma gestão. Trata-se de empreendimento a médio prazo e talvez até longo prazo. Há que se vencer a resistência, a incompreensão e a desconfiança de alguns líderes do teatro amador, saturados de promessas não cumpridas e acomodados ao trabalho isolacionista, mas igualmente árduo, que vinham produzindo.

A falta de recursos, obrigando a um esforço multiplicado e desgastante foi uma das maiores ameaças à implantação da ATU. Os prejuízos acarretados pela falta de recursos se revelavam em diversas carências, até mesmo, no envio de correspondências. Além desses obstáculos, vale lembrar outros como: o fato do poder público não prestigiar a associação, negando-se a colaborar ou colaborando de maneira restritiva e precária, emperrando o processo de divulgação de informações e dificultando a realização das atividades; o fato de que pessoas de influência, ligadas ou não à prática teatral, por motivos pessoais ou posicionamento contrário a ATU, tentarem, e algumas vezes conseguirem, bloquear o trabalho

realizado com esforço e dedicação; o fato de que alguns grupos não terem consciência dos seus próprios objetivos com relação ao teatro que faziam e estarem buscando na associação apenas uma fonte de recursos, quando a entidade estava interessada que os grupos se questionassem e partissem para propostas de trabalho que pudessem determinar uma política de ação para o teatro amador.

É claro que a entidade não foi criada para sobreviver graças ao heroísmo de seus representantes, mas a primeira e a segunda gestão, numa perspectiva histórica, foram a fase do "Calvário": que sem exagero, dia após dia, exigiu de seus diretores, uma paciência de Jó, astúcias de Ulisses, artes de Mandrake e proezas de Hércules. Pois, no início as coisas estavam difíceis de engrenar, o mais completo emperramento : era como malhar em ferro frio, semear na pedra e pregar no deserto. No entanto, a esperança que embalou a criação dessa entidade, não se transformou em desilusão.

Apesar de todas as dificuldades, a implantação da associação estava se dando, superando os entraves de toda ordem, a partir do esforço de quase todos. O trabalho estava sendo lento, porém contínuo.

O fortalecimento da ATU só viria a ser possível quando um número apreciável de filiados fizessem dessa entidade um órgão que pudessem exigir, e não apenas solicitar, o apoio dos poderes públicos e mesmo da iniciativa privada.

Os membros da segunda gestão da ATU demonstraram que em vez de encarar a vida passivamente, é preciso exercer sua própria consciência, discutindo com os outros a situação das coisas, o sentido dos valores e os fins estabelecidos socialmente. Foram pessoas que acreditaram na possibilidade da ação política, no milagre" da intervenção generosa do homem em busca de novos patamares de vida humana, contrapostos aos que existiam.

Gente que valorizou o coletivo porque viam o indivíduo como parte de um todo complexo e do qual ele depende para se realizar como ser humano. Mas sem dúvida, a maior conquista desta gestão foi a própria fundação da ATU. Pois a força do grupo compensa a fraqueza do indivíduo. Com a fundação da associação, o movimento teatral conseguiu mais do que qualquer um dos grupos obteria se agisse sozinho, isoladamente.

Tendo em vista, que toda e qualquer proposta de modificação na vida social e cultural encontra a resistência dos interesses estabelecidos, dos acomodados ou daqueles que têm medo de toda transformação, foi indispensável aos grupos nesse período, um trabalho organizado. Quer dizer, de uma prática constante e sistemática para que certas mudanças fossem concretizadas.

A organização dos grupos em um entidade como a ATU, trouxe uma série de vantagens para a atividade teatral . Além da soma de forças, a associação possibilitou a divisão do trabalho, o recebimento de mais informações, a obtenção de maior rapidez e amplitude na divulgação das propostas e a avaliação mais "perfeita" dos recursos, dos obstáculos e dos resultados conseguidos, além é claro, da maior proteção conseguida aos seus integrantes e filiados, da maior possibilidade de assegurar a continuidade do trabalho (pois mesmo que alguns membros deixassem de agir por qualquer motivo, os outros poderiam prosseguir).

Mas chega um dia em que é preciso abrir espaço para participação de outras pessoas. Em meados de novembro, numa Assembléia Geral, todos os membros da então atual gestão colocaram seus cargos à disposição para serem preenchidos por outras pessoas. Depois de um longo tempo de apresentação, indicação e defesa de candidatura, feitas por Agostinho Bizinoto, Roberto Rezende, Humberto Tavares, Lucijane Honório, Àguida Inês, Jacinto Severino, Miguel Cunha, Antônio Perin, Luiz Fernando Mathias, foram eleitas as seguintes pessoas: Presidente – Agostinho

Bizinoto; Vice-presidente – Umberto Tavares; Secretaria Geral – Lucijane Honório Carneiro; Primeira Secretária -Águida Inês Tesoureiro Geral – Jacinto Severino da Silva; Primeiro Tesoureiro –Miguel Cunha; Segundo Tesoureiro – Carlos José da Silva ("C J O'hara); Relações Públicas – Luiz Fernando Mathias. Com os seguintes votos respectivamente, 14,10,14, 13, 14, 12, 14.

A nova diretoria tomou posse imediatamente após a votação, conforme rezava o Estatuto da época. Nesse mesmo dia já estabeleceram algumas de suas prioridades, como continuarem na luta pela instalação da ATU, inserir no Estatuto, o Conselho Fiscal e Suplências, criar o Regimento Interno, incrementar as filiações, reunir a diretoria quinzenalmente, aberta a todos. Nessa oportunidade, anunciaram em alto e bom som, que o trabalho seria o comprovante de seu compromisso com o teatro.

Entendemos que participar da diretoria da ATU foi para esses sujeitos, um ato de escolha movido pela razão e pelo sentimento simultaneamente. Mesmo que tivessem sidos chamados insistentemente, participar ou não foi uma decisão de cada um. Sendo que essa decisão dependeu essencialmente dessas pessoas se verem ou não como responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças.

Em alguns casos como veremos a seguir, a participação na ATU foi uma escolha que contaminou todo o cotidiano dessas pessoas e pressupôs uma convicção da relevância da mesma e um sentido público de tal atividade.

2. 1985/1995:
DO BRILHO MAIS INTENSO Á VERTIGEM DA QUEDA

" Como poucos, eu conheci as lutas e as tempestades. Como poucos, eu amei a palavra liberdade e por ela briguei"

(Oswald Andrade)

"Poesia. Acredita na poesia e viva. E viva por ela. Morra por ela se você se liga, mas por favor, não traia. O poeta que trai sua poesia é um infeliz completo e morto. Resista, criatura" *(Torquato Neto)*

"Os estúpidos estão em toda a parte; a maioria tem a força mas não a razão" *(Ibsen)*

Essa diretoria iniciou seus trabalhos, enfatizando a importância da responsabilidade e da competência para ocupação dos cargos, bem como, valorizando o aspecto coletivo da condução da gestão, o planejamento, a realização, a união e o respeito entre as pessoas.

No entanto, em fevereiro de 85, justificando sua saída e sendo aceita pela diretoria, Jacinto Severino, renunciou ao cargo de tesoureiro –geral. Ao que foi substituído provisoriamente por Miguel Cunha e depois permanentemente por Águida Inês de Oliveira.

Essa gestão teve que convocar uma Assembléia Geral em março para realizar a eleição de cargos vagos na diretoria. Desse modo, foram eleitos os seguintes componentes, Carlos José da Silva (Cê Jotta) - Tesoureiro Geral; Luciano Sávio - Relações Públicas; Elisa Gomes Machado - Primeira Tesoureira e Neide Maria de Lima - Primeira Secretária.

Estabeleceram as seguintes táticas de *funcionamento* da entidade: elaboração de relatórios de tarefas pendentes e datas para previsão para entrega; não deixavam de fazer nenhuma ata pendente; elaboraram Fichas de Cadastramento dos grupos de teatro (desde que fosse atuante) e delimitaram os critérios para filiação;

organização do arquivo em geral (jornais, atas, arquivo dos filiados, constituição de uma pasta para cada grupo que estivesse na ativa - com documentos dos grupos como estatuto, CGC, ata registrada –caso a entidade necessitasse para algum acontecimento); procuraram os grupos para filiarem-se à entidade, fizeram o levantamento de como estava o trabalho de cada grupo; conseguiram a doação da S.M.C. (Secretaria Municipal de Cultura) de 20 cadeiras para a sede, contrataram um funcionário para a entidade; mudaram o modelo da carteirinha do filiado (ficou com o formato menor, com uma foto ¾ e com validade anual.

Visando um melhor funcionamento da entidade, estabeleceram um rodízio de plantão para cada membro da diretoria ficar na sede no seu horário disponível,
e para a contratação do funcionário da sede da associação, alguns critérios e requisitos como: boa redação, datilografia e organização de arquivos, etc. Nesse sentido, decidiram por contratar Hélcio Brigagão no dia 11/05/85, para os horários das 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 e os sábados livres.

Além de estarem preocupados em ficarem informados quanto às atividades dos seus filiados, realizando um levantamento global e permanente dos grupos atuantes na cidade e entrar em contato com os mesmos para conhecer suas condições de trabalho, necessidades e aspirações, desenvolveram uma *política de comunicação* baseada: na elaboração e vendas de broches e camisetas sobre o teatro, na efetivação de campanhas, na venda de livros do INACEN, nos anúncios nas programações culturais de emissoras de rádios, de jornais impressos e da televisão. Nessa perspectiva, conseguiram um espaço fixo para a divulgação de entrevistas e artigos sobre teatro nos jornais "Primeira Hora" e "O Triângulo", neste último conseguiram também a doação de uma assinatura.

Assim, a partir de maio de 85 a ATU propaga junto à sociedade uberlandense através de vendas de camisetas, espetáculos, rádio, adesivos, etc, a campanha de

divulgação com o slogan "Saia de casa e vá ao Teatro". Apesar de não Ter recebido qualquer comunicado oficial por parte da SMC, sobre as diversas atividades de celebração da inauguração do Teatro Vera Cruz, a associação realizou essa campanha publicitária tendo como principal objetivo, estimular o comparecimento da população nessas atividades.

Mais do que isso, não aceitando a falta de reconhecimento da SMC, seus membros entraram em contato com os funcionários dessa instituição, reivindicando a apresentação de trabalhos de alguns de seus grupos filiados.

Outro passo no sentido de estabelecer uma comunicação mais atuante e viva foi dado com a instalação de uma máquina de xerox na sede da entidade. Isso facilitou sobremaneira, a reprodução de ofícios, de documentos, de textos dramáticos, etc.

Com o aluguel dessa máquina, tiveram direito à assistência técnica autorizada e a tirar quantas cópias quisessem. Para sua utilização pelos grupos, cobravam uma taxa mínima.

Tiveram como *objetivos estratégicos*, a ampliação dos espaços existentes, da informação, dos órgãos culturais, dos filiados, dos recursos gerais, e da "conscientização" do pessoal do teatro.

A diretoria fazia reuniões pelo menos duas vezes por mês, para avaliar as atividades desenvolvidas, para discutir os problemas novos ou pendentes e para fazer novas propostas e encaminhamentos.

Apesar da ATU requerer a verba de Cr$ 5.000. 000,00 (cinco milhões de cruzeiros) em fevereiro de 85 e conseguir a verba de subvenção junto à Sec. de Cultura, foi exigido um projeto de atividades a fim de que a verba fosse cedida. Como esse projeto ainda não tinha sido elaborado e estava esgotando o tempo, a associação fez uma campanha para ter direito à tal verba dos cofres públicos,

mesmo sem apresentar o projeto de atividades. Depois de muita luta, de reuniões, publicações de artigos nos jornais locais assinados por toda a diretoria, além de requerimentos formais, a entidade conseguiu finalmente utilizar os recursos conquistados.

Assim, depois desse "sufoco", a ATU decidiu juntamente com os grupos, que para receberem ajuda (inclusive financeira), os mesmos deveriam mandar projetos de atividades semestralmente para a entidade, pois somente desse modo, através de planos de trabalhos bem definidos, isso seria possível.

A diretoria não queria saber de dar trégua à SMC. Nesse mesmo mês, encaminha um projeto à essa secretaria, buscando mobiliar e equipar a sede da entidade em caráter permanente. Sendo que em caso de dissolução da associação, seu patrimônio seria doado para uma sociedade congênere - conforme rezava seu Estatuto.

Assim, nesse orçamento solicitaram, um mimeógrafo, um armário de aço fechado, um arquivo de aço, uma mesa média para reuniões, uma estante de aço para livros, uma escrivaninha média, uma mesinha para máquina de escrever, um painel com feltro, um filtro, vinte e cinco cadeiras de plástico, cortinas de brim instaladas, materias diversos para escritório (pastas para arquivos, grampeadores, furador, porta-durex, etc,) e apetrechos para decoração. Sendo que nesse projeto, a diretoria deixava bem claro que toda a mão de obra necessária à reforma do espaço cedido para a instalação da sede da associação seria de responsabilidade dos integrantes da diretoria.

Esse projeto teve como objetivos principais, desenvolver e aperfeiçoar a área burocrática e admnistrativa da entidade, de maneira a facilitar o trabalho e eliminar os entraves e obstáculos para contato e satisfação dos filiados. Ter um local para

reuniões, encontros, pequenas palestras e conservar a documentação sobre teatro na cidade, além de buscar conseguir condições escriturárias para a diretoria e grupos.

Essa gestão se caracterizou por uma ótima abertura de espaços para participação dos filiados nas decisões da entidade. Somente no mês de março realizaram três assembléias, além de várias reuniões abertas aos filiados. Em três de março realizaram uma Assembléia Geral Extraordinária, para aprovação do regimento, criação do Conselho Fiscal e suplências, alteração do Estatuto, entre outros.

Buscavam alterar o Estatuto para expressarem de uma forma mais atraente e válida, os grandes objetivos da entidade, isto é, o sentido e a finalidades precisa da mobilização a que se propunham.

No dia dez de março, realizaram uma Assembléia Geral às 9:00, com a seguinte pauta: Informações sobre o "Projeto – Debates/85", Discussão do Estatuto e Regimento Interno.

No dia vinte e quatro desse mesmo mês, aconteceu outra Assembléia Geral Extraordinária, tendo como pauta dessa vez: Funcionamento da nova Sede; Informação do "Projeto – Debates/85, Ocupação de cargos de Relações Públicas e Primeiro Tesoureiro. Sendo que depois das discussões e deliberações da assembléia, como a substituição de Luiz Fernando por Luciano Sávio Pinheiro(Rel. Públicas), foi feita a inauguração oficial da sede. É importante observar, que a diretoria solicitava que os presentes nas assembléias e reuniões, repassassem todas as informações ao restante dos grupos e filiados.

A verba conquistada da SMC, foi quase totalmente aplicada no equipamento da sede e pagamento do funcionário.

A associação organiza no início de março uma super festa na E. E. Amador Naves. O principal objetivo era reverter o lucro para melhor organização da entidade.

Nesse mês, a diretoria recusou o convite da Sec. de Cultura para participarem da Comissão Organizadora da "Quadrilha Popular" (com desfile de carroças e casamento caipira), tendo em vista estarem envolvidos seriamente com as atividades teatrais, além de que o mês de junho era o mês da inauguração do Vera Cruz, e a ATU deveria participar do mesma. Por sua vez, a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) não concordou com a proposta da associação de que ela própria fizesse os repasses de data nos anfiteatros.

A associação realizou mais duas festas para arrecadar fundos. Uma no dia 25 de maio e outra em 08 de junho, na E.E. Prof. José Ignácio Castilho.

Instituíram em janeiro que até o findar de cada ano o filiado tinha que apresentar algum comprovante de atuação teatral durante o ano. Também houve um reajuste da mensalidade para Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros). O grupo que apresentasse espetáculo com apoio da ATU teria que pagar 5% sobre a bilheteria à mesma. A taxa era recolhida até o dia 10 (dez) de cada ano. O não pagamento da taxa por três meses consecutivos poderia implicar na desativação do filiado.

As Assembléias Gerais Extraordinárias de 09, 16, 23 de junho e 22 de dezembro foram realizadas exclusivamente para discutirem e aprovarem a reformulação do Estatuto e elaboração do Regimento Interno.

Em 09 de junho, aconteceu uma Assembléia Geral que teve como pauta: Discussão e aprovação do Regimento Interno e Discussão das possíveis alterações no Estatuto. Discussões como essas de certa forma sempre estiveram na ordem do dia nas pautas de reuniões e assembléias, por que tanto o Estatuto quanto o

Regimento Interno, são algumas das formas em que a associação explicita seu horizonte ético, seu projeto de atuação.

Neles se define teoricamente o projeto de futuro e algumas das escolhas das gestões da ATU. No entanto, quanto mais participativo tiver sido o processo de sua elaboração, mas estas escolhas denotaram a vontade de todos e foram por todos compartilhados.

Mas, nem só de discussões internas vive uma entidade. Depois de discutir e dar um parecer favorável, encaminhou junto à SMC, o projeto do curso de Guilherme Abrahão. Fez o trabalho de divulgação (confeccionou panfletos e distribuiu nas escolas, divulgou verbalmente na universidade e nas ruas, procurou espaço nos meios de comunicação de massa), e de seleção, juntamente com o coordenador do curso. Nesse processo de seleção, para os cursos de direção e interpretação, os candidatos tiveram que fazer uma montagem de uma cena (nacional ou não), com a duração de 3 a 5 minutos, sendo cena de diálogo e não de monólogo. No caso de duas réplicas que se candidataram à uma vaga, foram montadas duas cenas, uma cena para cada. Desde que fossem duas cenas diferentes, poderiam ser do mesmo texto. As apresentações das cenas foram abertas ao público.

Como o curso contou com o regulamento interno, o critério para a ordem de apresentação, foi a ordem alfabética, com exceção dos grupos que estivessem em atividades.

Outros critérios para a seleção foram: apresentação do currículo vitae artístico e entrevista individual.

Esse projeto como um todo, girou em torno da montagem, da interpretação e aplicação de ensaios na preparação de atores. A parte teórica foi abordada no decorrer do curso. Não sendo planejada, ocorreu nas situações em que apareceu a necessidade. Os diretores foram assistentes de direção, além de participarem nos

planejamentos e ensaios ocorridos, e na segunda fase do curso (montagem do espetáculo) Guilherme Abrahão, passou a ser apenas observador.

Esse curso foi gratuito, aconteceu no período de férias, e foi aberto à comunidade em geral. Tinha como um dos objetivos principais, descobrir novas pessoas interessadas no teatro.

É oportuno acentuar, que esse curso foi motivo de vários conflitos no meio teatral da cidade. Primeiramente, os atores não concordaram proposto pelo coordenador, pois a maioria trabalhava e estudava não possuindo disponibilidade de tempo. Propuseram então que a carga horária diminuísse no mínimo, duas horas por dia. A proposta do coordenador era de quatro horas de ensaios e duas horas de aulas (das 18: às 24:00), a proposta dos grupos encaminhada pela ATU foi: 18:30 até 22:30. Em segundo lugar, apesar de todos os esforços, como houve falha na divulgação, este curso gerou muitos boatos, especulações e desconfianças (como por exemplo, de que o Coordenador teria privilegiado dez pessoas na seleção dos participantes). Em suma, a associação ficou dividida, alguns diretores não ficaram satisfeitos com o resultado, alegando que houve "distorção" no projeto, que Guilherme teria "usado os atores", que o projeto era "falso", que o mesmo "não foi concluído como deveria ser", "que os atores não aprenderam nada de novo", etc. Contudo, alguns outros diretores da entidade, concluíram que o curso havia sido válido. Mesmo assim, a partir do relatório da experiência dos membros que se envolveram diretamente com o curso, a entidade elaborou um documento e entregou à Secretaria Municipal de Cultura, expondo sua avaliação e posicionamento. Os jornais da época registram opiniões sobre esse curso, que atribuem-lhe do fracasso ao êxito.

Em junho de 85, a ATU fez pressão junto à SMC para que ela pudesse marcar datas para uso próprio e participar da "Inauguração do Teatro Vera Cruz",

além de reivindicar a abertura do Teatro Rondon Pacheco, para que os grupos pudessem ensaiar quando os teatros estivessem desocupados.

Hélcio Brigagão, primeiro funcionário da ATU, foi despedido por displicência e por não estar cumprindo o acordo firmado com a diretoria sobre suas funções no contrato em setembro de 85, sendo substituído pela então 1ª secretária da entidade, Neide Lima, que na oportunidade renunciou ao cargo em função do emprego.

Visando um melhor aproveitamento das possibilidades legais e conseqüentemente um aprimoramento do funcionamento e desenvolvimento da entidade, foi contratado o senhor Geraldo Alvim para a Assessoria Jurídica da associação. Vale lembrar que nem ele nem qualquer outro advogado foi pago pela associação pois o seu trabalho era voluntário. Embora as associações como a ATU estejam mais presas a formalidades do que os movimentos sociais, sempre foi possível simplificar o quanto possível as regras a que ela estava sujeita.

Com certeza, uma das grandes realizações dessa gestão, foi a implementação do "PROJETO – DEBATE/85, a partir de fevereiro de 85, no "Galpão do DCE". Esse projeto teve um método muito interessante: além das leituras dramáticas, cada grupo pesquisava um determinado assunto e depois tinha no mínimo quatro semanas para expor as pesquisas. Neste projeto tiveram os seguintes objetivos: a informação sobre o teatro através da sua história em geral, a formação do ator e do público. A abertura foi feita pelo Grupo Téspis (de Umberto Tavares), depois pelo TAI e o Erectéion. Consideramos essa atividade muito louvável, pois sua busca de uma formação ampla do teatro só contribuiu para o desenvolvimento dessa arte na cidade.

Outra realização de peso, foi o "Projeto de Cinema Cultural", que constou de projeções de filmes estrangeiros conseguidos através das embaixadas (polonesa, alemã, italiana, etc.). Para realizar financeiramente tal projeto, conseguiram por

intermédio do DCE/UFU, dois milhões de cruzeiros da PROEX (Pró-reitoria de Extensão e Cultura), destinado ao aluguel do Cine-Windsor. Mas a ATU só conseguiu essa verba, por fazer parte da planilha do orçamento de 86 da PROEX.

Nessa época, a ATU e a UESU (União dos Estudantes Secundaristas) tinham um projeto conjunto que visava a realização de apresentações de espetáculos nas escolas. Para sua consecução, reivindicaram apoio da Secretaria de Cultura do Estado. O membro da UESU nessas articulações com a ATU, era o José Mendonça (Bonança) do Departamento Cultural da entidade.

Nesse período, a participação foi mais eficiente, porque se desenvolveu a partir de uma clara definição de objetivos e da procura de tirar o máximo proveito dos recursos disponíveis em cada momento, assegurando a continuidade das ações.

Essa gestão buscou estar sempre atenta e informada sobre os acontecimentos culturais em Minas Gerais como um todo, numa perspectiva de descentralização cultural, seja em relação à capital do estado, seja em relação ao eixo Rio-São Paulo.

A convite da Associação de Teatro de Uberlândia, o assessor da área de teatro amador, do SNT (Serviço Nacional de Teatro), Francisco Gregório Silva Filho, esteve aqui em Uberlândia nos dias 25 e 26 de abril.

Nessa oportunidade, seis grupos locais e a ATU reivindicaram a cooperação do INACEN (Instituto Nacional de Artes Cênicas) para: reforma dos teatros Rondon Pacheco (350 lugares) e Vera Cruz (450 lugares), com assessoria técnica por parte do órgão e cessão de equipamentos; a instalação de espaços alternativos para ensaios dos grupos; Mostra de Teatro do Triângulo Mineiro; Oficinas e Cursos de Teatro para os grupos da região (direção e interpretação), com a presença de professores locais e de outros centros; apoio da iniciativa privada ao desenvolvimento cultural da região.

Num panorama geral, antes do término de 1985, havia 62 filiados à ATU e 26 fichas de filiação em estudo. Como essa gestão sempre esteve preocupada em ampliar o número de pessoas interessadas no teatro, foram aceitas entre outras, as seguintes filiações: do "Grupo De Repente" (Marcos Andrade de Oliveira, Vânia Martins, Maria Vieira Silva, Idalice Ribeiro, Guimarães Lobo, Amadeu Lamounier, Almir de Lima), e individuais, Geraldo Alvim, Tarcísio Pinto, Rozilda Cupelo e Alessandra Crozara.

Não é por acaso que o lema dessa gestão foi " ação: agir para seguir". Entre suas várias ***realizações***, podemos destacar: a inauguração de uma nova sede; a reforma do Estatuto (Criação do Conselho Fiscal e Suplências); a elaboração e aprovação do Regimento Interno; os convênios com a Sec. de Cultura (50% de desconto para os filiados da associação com a carteirinha em espetáculos teatrais, com escolas de dança, música, ginástica, etc, com a Sauna do Uberlândia Clube, com o Hotel Universo e Zardo (os convênios com os hotéis visavam garantir uma melhor assistência e comodidade na hospedagem dos grupos e atores de outras cidades trazidos e/ou apoiados pela ATU), e com o SENAC e o SESC; ter conseguido a doação de materiais para a entidade; estruturarem o Arquivo sobre teatro; a divulgação dos espetáculos (dias, horas, locais a serem apresentados); conseguiram mimeógrafo, máquina datilográfica, um telefone (junto a CTBC), e material de escritório em geral; o intercâmbio com o canal de televisão local (na época Canal 8) para trabalhos em propagandas, comunicados e chamadas; realizaram uma festa de confraternização entre os grupos; contratação de um assessor jurídico; o "Baile Popular" na E.E. Amador Naves (para arrecadação de fundos); a instalação de uma máquina de xerox;

Além disso, estimularam os grupos a fazerem pesquisas mensalmente e promoverem debates e leituras dramáticas abertas ao público; procuraram

articulação com o DCE da UFU, UESU e demais movimentos sociais da cidade; apoiaram o Curso de Iluminação de Idelsino dos Santos,

Depois de terem recusado unanimemente a oferta da Sec. Municipal de Cultura, de uma sala na "Casa do Artesão" (por não oferecer segurança e boas condições de trabalho), sem dúvida nenhuma, vale destacar o fato de terem conseguido uma nova sede para a ATU, na rua Barão de Camargos nº 692, e é claro, os fatos de terem feito a reforma, a decoração (painéis com recortes de jornal, revistas, cartazes e outros), a iluminação e a fachada desse espaço, posteriormente.

Compreendemos que isso tudo só foi possível, graças à valorização do planejamento das atividades, de uma boa divisão dos trabalhos (não sobrecarregando muito alguns) por cargo e sobretudo, de uma forte disposição para reivindicar verbas e materiais em todos os órgãos possíveis, locais, estaduais e federais (FUNARTE, CONFENATA, INACEN).

Enfim, essa foi uma gestão que estruturou as áreas burocráticas e culturais da entidade. Através de seus trabalhos, caminhou bastante rumo à sedimentação da própria entidade, ampliando a representatividade em relação aos grupos e indivíduos.

Vemos o fato de ter conseguido em 1985 o espaço para funcionamento de sua sede oficial, como uma conquista para o movimento teatral. Pois a existência de uma sede permitiu um maior contato entre os grupos, bem como, facilitou a comunicação com pessoas, grupos e instituições de outras cidades, entre tantas outras vantagens apontadas anteriormente.

É importante que se diga, que essa gestão foi composta por pessoas que de certa forma assumiram que tinham o seu "destino" na área teatral, nas próprias mãos

e que descobriram que a construção da cultura teatral dependia também de suas vontades e de suas escolhas.

Em Assembléia Geral de 27 de outubro de 1985, depois de mudanças estatutárias como : que os candidatos teriam a data acima para se inscreverem e de que cada grupo teriam indicado três delegados para votar para todos os candidatos, foi eleita a gestão 86/87 da ATU. Nos últimos meses de 1985, o senhor Argemiro, representante da SBAT (Sociedade Brasileira dos Autores Teatrais), freqüentava diariamente o Teatro Vera Cruz na busca de irregularidades dos grupos no que se refere aos direitos autorais.

Nessa gestão, os diretores estimularam sistematicamente que estivessem presentes sempre dois integrantes de cada grupo em cada reunião da diretoria, tendo direito à voz e voto.

No que se refere ao funcionamento da entidade, registraram o funcionário da sede, através da assinatura da Carteira de trabalho.

Em maio De 1986, a associação recebe uma visita de um representante do INACEN (Instituto Nacional de Artes Cênicas) que oferece na ocasião, estadia e alimentação para os grupos que quisessem fazer apresentações no Rio de Janeiro.

No aspecto financeiro a entidade estabelece em reunião com os grupos, que a mesma teria direito de 5% até 10% da renda bruta de cada espetáculo dos grupos apresentados na cidade.

Em setembro de 86, a associação discorda da exigência da SMC de condicionar o repasse de verbas à formulação de projeto pela ATU.

É convidada a participar entre os dias 26 e 28 de novembro do "II Encontro de Cultura e Poder". Nesse encontro, as discussões giraram em torno de quatro temas básicos - "Democratização da Cultura/Movimentos Populares, "Patrimônio

Cultural e Constituinte", "Democratização da Cultura/Estado e a Comunidade" e "Lei nº 7.505 de Incentivos à Cultura".

As inscrições para participação do encontro foram abertas a toda comunidade e aconteceram na própria sede da SMC à praça Coronel Carneiro, 89, no horário comercial.

Nesse evento estiveram presentes representantes das Secretarias de Cultura das cidades de Campinas, Petrópolis, São José dos Campos e de Curitiba.

Esse encontro proporcionou reflexões sobre a relação entre os movimentos populares e o Estado, numa perspectiva de democratização da cultura e aprofundamento no conhecimento da Lei n. 7.505, que possibilitava descontos, através do Imposto de Renda, para as aplicações de caráter cultural. [14]

O "II Encontro de Cultura e Poder" se desenvolveu nas dependências do Uberlândia Clube, sendo que os debatedores e conferencistas foram: José Guilherme Cantor Magnani, Edésio Fernandes Júnior, Fábio Magalhães e Carlos Frederico Mares de Souza Filho.

As tardes do evento foram reservadas para a troca de experiências entre os participantes. No primeiro dia foi realizado no Teatro Rondon Pacheco, uma atividade cultural denominada "Palco e Poesia", com poetas locais (entre eles, Jeremias Brasileiro).

Em articulação com a UESU, buscou levar o teatro às escolas e continuou os entendimentos com a FETEMIG.- Federação de Teatro Amador de Minas Gerais- e outros. O objetivo central dos projetos era a aplicação e repasse de verbas aos grupos, analisando as circunstâncias e estabelecendo prioridades conforme critérios

[14] A referida lei, foi sancionada em julho de 1986, sob projeto originário de autoria do Senador José Sarney, sendo apresentado no Congresso pela primeira vez em 1972, recebendo nova versão em 1985 e regulamentada no ano seguinte

que constassem no regimento interno da entidade. A prestação de contas seria feita na forma da lei do órgão colaborador.

Os custos indicados nesses projetos além das montagens, eram também com a divulgação, viagens (contatos, reuniões, encontros, congressos, etc).

Tendo em vista, a necessidade de fortalecer cada vez mais o movimento teatral de Uberlândia, de suprir a inexistência de recursos para apoiar as produções teatrais locais e a carência financeira para investir nos grupos populares de teatro, a ATU envia projetos à FETEMIG

Entre as suas tentativas frustradas, está o curso de teatro amador que era para ser ministrado por Max, Abílio Tavares, Wagner Salazar, Flávio Arciole, Edmar Ferreti e Renato Mismetti.

Como não tinham tesoureiro, Ronan e Susilene (respectivamente, presidente e secretária geral) até que fosse ocupada por André Colleto, tomam para si a responsabilidade dessa fimção.

Em agosto, foi realizada uma assembléia geral para discutir e deliberar sobre os assuntos pendentes e para organizar um debate sobre a "Lei Sarney". Mais adiante, quando discutirmos o papel do Estado junto ao teatro nesse período, analisaremos alguns aspectos dessa lei.

Nessa assembléia começaram os desentendimentos entre a ATU e o Grupo Erectéion.

É importante registrar que a verba referente a subvenção social, conforme Lei número 087/86 de 29/09/86, foi utilizada para repasses pela ATU aos grupos de teatro amadores, para assistência na produção de seus projetos e também para pagamento de materiais de escritório e manutenção da sede. Mas mesmo assim a tão esperada subvenção não foi suficiente. Em fins de 86 a entidade passa por grandes

dificuldades financeiras (não consegue nem pagar o funcionário ou comprar o material de escritório necessário para o desenvolvimento das atividades).

Não era para menos, pois os diretores da associação, por falta de preparação anterior, planejamento e discussão interna sobre o assunto, estavam confusos quanto às funções dos cargos, desenvolvendo assim, suas atividades à esmo. Por isso, foi realizada um encontro da categoria teatral da cidade para fazer o planejamento conjunto da continuidade das atividades cênicas, além de discutir sobre a reunião preparatória com os indivíduos dos Pólos Culturais da FETEMIG.

Em fevereiros de 1987, houve uma reunião na associação para repasse das informações do "28° Encontro de Diretores e Representantes de Grupos", acontecido em Betim - MG, nos dias 31de janeiro e primeiro de fevereiro. Os grupos da cidade que enviaram representantes foram o Erectéion, o Cinterartes e o Elenco.

Para sanar em parte os problemas financeiros, a diretoria estipulou que a partir de março de 87, a contribuição mensal mínima dos filiados passaria para vinte cruzeiros, além, de solicitar 10% das verbas recebidas pelos grupos da SMC, para comprar o material de escritório. Mas mesmo sendo atendida, a entidade ainda assim não conseguiu recursos suficientes para a manutenção de um funcionário, o que prejudicou bastante seus trabalhos.

No entanto, não desistiram de tentar novas alternativas: solicitaram a contribuição econômica do PÓLO (na época, coordenado por Nassim Guerra, de Araguari) e reivindicaram verbas ao MEC (Ministério da Educação).

Infelizmente, não bastasse não terem logrado êxito nessas tentativas, a associação teve que sair às pressas de onde estava localizada, porque os donos do terreno já haviam pedido o local para a SMC à meses, e a mesma não avisara a diretoria da entidade.

A sede da ATU foi transferida em caráter provisório, para a sala 91 do Mercado municipal (na sala da antiga "Colméia").

Em março foi encaminhado um abaixo-assinado dos grupos e individuais: Projeto Interação, Sem Censura, DAVI, Aquárius, Gruta, Elenco, Cinterartes, Girassol, Erectéion, Di-Ferente, Abaporu, GATA, Topázio, Equipe de Arte Joãozinho e Maria, Turma Diz-Diz, Improviso (16 grupos) e Miracema de Souza e Lucas Nascimento, solicitando a *prestação de contas* do ano de 1986 em uma "Assembléia Geral Extraordinária". O prazo limite estabelecido pelo abaixo-assinado para que isso se efetuasse foi a data de 29 de março, devendo a assembléia ser convocada em tempo hábil e publicado o respectivo Edital.

Essa reivindicação teve como base e motivos principais, a necessidade dos grupos e indivíduos de saberem da situação financeira da entidade, conhecerem a "identidade ideológica" da diretoria, e quererem colaborar com o movimento teatral da cidade, por meio da associação.

Fundamentados em seus direitos de filiados e no descumprimento do que rege o Estatuto da entidade nesse sentido, os grupos e indivíduos ameaçaram nesse próprio abaixo-assinado, que se tais obrigações solicitadas não fossem atendidas, a diretoria executiva teria que delegar automaticamente aos filiados (50% mais um) o poder de decisão sobre os destinos da entidade, bem como, de elaborar o processo de destituição de cargos dos membros da diretoria nos termos legais vigentes, além de também cuidarem das respectivas publicações e responsabilidades inerentes ao processo.

Essa forma de pressão incisiva por parte dos grupos, aconteceu fundamentalmente devido ao fato de terem feito vários pedidos anteriormente e não terem sido atendidos, recebendo apenas promessas.

A diretoria da ATU cumpriu com todas as exigências estabelecidas pelos grupos na assembléia solicitadas, fazendo ainda na oportunidade, uma severa auto-crítica do começo da gestão.

Apesar de politicamente sofrer a *oposição* de parte dos integrantes da gestão anterior e descontentes em geral, a diretoria continuou seu trabalho com dignidade e seriedade. Realizou uma assembléia geral em abril de 86 para a eleição do cargo de Relações públicas e destituição de Marcelo Toledo. No mês seguinte, promoveram discussões sobre "a questão cultural e a Constituinte" e reivindicaram da SMC três cômodos do prédio onde estava a UESU.

Suas atividades não pararam por aí: colaborou na organização e no financiamento da "I^{a} Mostra de Teatro Amador do Polo Cultural do Triângulo Mineiro - FETEMIG", que teve a seguinte programação: 15/04 (quarta-feira), 21:00 - Teatro Rondon Pacheco - "O Inspetor Geral" - MECA (Ituiutaba); 16/04 (quinta) 20:00- Rondon - Abertura Oficial com "Sarapalha e Outras Histórias" - Turma Diz-Diz ; 17/04 (sexta), 14:00 no Galpão do DCE - "La Cumparcita"- Grupo Teatral Grécia, às 18:00 no Vera Cruz "Lágrimas para o Riso", às 21:00 no Rondon "Cenas de Amor" - Grupo Fundação Cultural de Uberaba e às 24:00 no Teatro Vera Cruz "Pic-nic no Front" com o Grupo Abaporu; 18/04 (sábado) às 15:30 no Vera Cruz - "Dona Bruxa"- Grupo Pseudônimo Provisório - Araguari, às 21:00 no Rondon "Cativos" também com o Grupo Pseudônimo Provisório e às 22:30 no próprio Rondon a peça "Abobrinhas" com o Grupo Elenco; 19/04 (domingo) às 15:30 no Rondon "O Caso dos Pirilampos" - Erectéion, e às 21:00, no Vera Cruz, "Psicologia de um Vencido" do Grupo Gruta; 20/04 (segunda) às 14:00 o Encerramento no Galpão do DCE com os quadros: "A Noite do Terror", "Gotas de Justiça", "Estatutos do Homem" (Thiago de Mello) com o Grupo Di-Ferente, depois o

quadro "A hora da separação" (uma adaptação de "Meu amigo indeciso" do Grupo Topázio.

A ATU participou da discussão e encaminhamento do Projeto "Conheça o Escritor de Sua Cidade" em maio desse ano, simultaneamente com sua participação na organização do "III Encontro de Política Cultural".

Em junho, na sede da UESU, a associação participou juntamente com os grupos da cidade e região da "Assembléia Geral do Pólo" para definir a Comissão Organizadora definitiva e as sub-comissões do "III CMTA" - da FETEMIG.

A associação liberou seis passagens (ida e volta) para Juiz de Fora, a fim de possibilitar que três indivíduos da Comissão Organizadora do "III CMTA" pudessem participar do Encontro da FETEMIG no dia 11/07, para concluir as negociações junto à diretoria, para a realização do Congresso em Uberlândia. Liberou também, 36 passagens de ônibus, para o Grupo de Teatro Turma Diz-Diz, para representar a cidade e o estado em dois Festivais Nacionais de Teatro Amador (São José do Rio Preto/SP e Blumenau/SC).

Passando sérias dificuldades financeiras, a ATU só liberou essas passagens porque tinha certeza que assim iria contribuir decisivamente para a realização de um evento de grande importância na cidade (III CMTA) e para a participação e difusão do teatro de Uberlândia em outros estados, para que os integrantes do Grupo Turma Diz-Diz aprimorassem suas técnicas de expressão e apresentação (através das oficinas oferecidas), para divulgar o texto de um autor genuinamente mineiro, para o intercâmbio com outros grupos e para o conhecimento de novos textos, trabalhos e técnicas.

Nesse mesmo mês, a entidade realiza a "II[a] Mostra de Teatro na Praça". Esse evento se deu apenas no dia sete de junho no teatro de arena da praça Sérgio Pacheco, das 19:00 às 21:30.

Para isso, teve que contar com as estruturas: de aparelhagem de som (própria para teatro de rua), iluminação, camarim (com iluminação e espelho), cenário (panos pretos de fundo) e um automóvel kombi para os transportes desses materiais

Para a divulgação da mostra, utilizaram 300 cartazes e 5000 panfletos com a programação do dia. O primeiro passo, foi conseguir a liberação do espaço do teatro de arena da praça das 13:00 às 23:00 junto à Sec. de Serviços Urbanos (na Seção de Postura e Fiscalização), bem como, o fechamento da pista entre as avenidas João Pinheiro e Afonso Pena (devido aos ruídos do trânsito e a acústica do ambiente).

Houve a participação de vários grupos da cidade e região. Sua programação foi a seguinte: "Esquete" com o Pseudônimo Provisório (de Araguari); "Num fio de linha" (teatro de bonecos) com o Di-Ferente, "La Cumparcita" com o Grupo Grécia; "Pegando Naquilo" com o TAI; "Dona Baratinha" com o GRUTA; "Esquetes Cômicos" com o Erectéion e "Pode ?" com o Topázio. Os grupos contribuíram para a realização desse evento da maneira que podiam. O Erectéion por exemplo, emprestou o cenário de fundo do grupo que estava usando nessa época, e assim por diante.

Em junho a entidade solidariza-se com a greve dos professores e alunos das universidades federais, participando de várias atividades promovidas pelos comandos de greve.

Depois de realizar algumas assembléias para organizar a mostra de teatro, a associação promove mais uma para discutir um único ponto de pauta: "Projetos de Produção à Subvenção", marcando a partir da mesma, um prazo máximo de entrega de tais projetos para fevereiro do ano seguinte.

Nesse sentido, realizou reuniões exclusivas (um de cada vez) com os vários grupos interessados na liberação da verba subvencionada à entidade.

Alguns dias depois, a ATU realiza a "Feira de Artes" também em apenas um dia, com os grupos Di-Ferente, TAI, GRUTA e Topázio representando os mesmos espetáculos. Além da peça, o Di-Ferente participou também com a Oficina de Plástica desenvolvendo trabalhos de origami e de argila.

No "III CMTA" que aconteceu em Uberlândia de 31/10 a 02/11, foi eleita a diretoria da FETEMIG para o Biênio 88/89, ficando assim composta: Presidente: João Batista Tatu Pena - Ouro Preto; Vice-presidente: Carmem Verônica - Ipatinga; Secretária: Déborah Soares - Poços de Caldas; Tesoureira: Rosa Godoy - Acesita; Diretor Cultural: Euler Pereira Luz - Muriaé. Na ocasião, também foram referendados os coordenadores dos Pólos teatrais, ficando pelo Triângulo Mineiro, Ricardo Carísio do Pseudônimo Provisório, de Araguari.

Em novembro, entregou um projeto à SMC, ao Presidente da Câmara Municipal e ao Prefeito, solicitando a doação de um terreno para a construção da sede da ATU.

No final desse mês, a associação e os grupos da cidade participaram em Araguari, do "I Encontro do Pólo do Triângulo Mineiro". A assembléia geral desse evento teve como pauta: Informes gerais; Composição da Diretoria do Pólo; Plano de Ação para o biênio 88/89; II^{a} Mostra de Teatro do Pólo; Propostas Viáveis e Alocação de Recursos.

Nessa época recebiam, respondiam e enviavam correspondências para outras instituições, comunicavam aos membros filiados as datas, pauta e deliberações das assembléias e reuniões. Cuidavam da contabilidade da associação, buscavam recursos e formas alternativas de viabilização dos trabalhos da diretoria visando a independência financeira da entidade.

Na medida em que formulavam planos estratégicos e táticas, foram pessoas que usavam como faculdade mental principal a imaginação, pois é através dela que

puderam elaborar mentalmente alguma coisa possível, algo que não existia mas que poderia vir a existir. Quer dizer, a imaginação abria para eles o tempo futuro e campo de possibilidades e encorajava a dizer "não" à visões e práticas existentes e propor novas.

Mesmo não conseguindo patrocínio da iniciativa privada e o apoio mínimo da SMC, realizaram heroicamente contra todas as dificuldades possíveis, a " III Mostra de Teatro de Uberlândia". Com o apoio do Conselho Fiscal -Águida Inês de Oliveira, depois de várias reuniões para discutirem a seleção das peças inscritas, os critérios de apresentação, a convocatória dos representantes da comissão, entre outros, em "Assembléia Geral", em 20 de julho de 87, o projeto foi aprovado no todo, mas já ficando no momento, marcada outra assembléia para ser apresentado o "Regimento Interno" da mostra, para discussão e aprovação.

Desde esse dia em que foi aprovado o regimento até a data do evento, a Comissão Organizadora teve que enfrentar vários problemas. Para suplantá-los e possibilitar boas condições para as apresentações de todos os Espetáculos Teatrais, para as Leituras Dramáticas e para a Exposição de Fotografias, sem dinheiro no caixa e sinal positivo de qualquer patrocinador, ela teve que se desdobrar para a sua realização.

Para a organização dessa mostra, solicitaram o apoio da SMC e do Pólo-FETEMIG, através da doação de materiais da forma que fosse possível. [15]

Além do material necessário para a organização do evento, a entidade reivindicou a utilização do Teatro Rondon sem qualquer tipo de pagamento. A que não foi atendida.

---

[15] A princípio a lista do material necessário para a organização da mostra contou entre outros objetos, com: 150 lápis, 400 bolas de gude, 4 caixas de durepox, 200 copinhos de plástico para café, 200 bolas de isopor (raio 2,5 cm ou n. 6), 30 cartolinas brancas, 10.000 folhas de papel chamex, 10 matrizes à tinta, 100 crachás (7x10) 3000 cartazes preto e branco (monolúcido), 10 filmes coloridos para fotografia (asa 400s), 5000 panfletos preto e branco em off-set, 3 réguas 30 cm, 5 pincéis atômicos, 5 litros de cola branca, 2 estojos de canetas hidrocores (24

A divulgação foi feita através de cartazes, panfletos, no rádio, TV e jornais impressos . Com relação aos cartazes, a ATU inovou ao conseguir afixá-los nos ônibus da TRANSCOL.

Foram componentes da Comissão Organizadora: Ronan Garcia, Susilene Ferreira, Claudiney Castilho, Gleidimar Alves, André Colleto, Marli Lúcio, Claudinei Ferreira, Rosana Freitas, Águida de Oliveira, Alessandro Primo, Cleidimar Ribeiro, Lurdinha Rosa, Guimarães Lobo, Valdir Rosa e Helaine. Essa comissão contou com um representante de cada grupo inscrito na mostra.

Após a abertura das inscrições, que durou 22 dias (de 29 de setembro a 20 de outubro), fechou-se inscrições de doze grupos e quatorze espetáculos.

O Erectéion não participou da mostra, mas se colocou à disposição dentro de sua disponibilidade, para posteriores auxílios aos grupos que participaram com espetáculo. [16]

Assim ficou a programação: dia 16/12 (quarta), 20h - Abertura Oficial; com as presenças de Iolanda de Freitas (Secretária da Cultura), Moacir Júnior (Presidente da UESU) e a coordenadora do CESU (Centro de Estudo Supletivos); dia 17/12 (quinta) Apresentação do musical "La Cumparcita" com o grupo Teatral Grécia; dia 18/12, 20h, apresentação do espetáculo "Laços", com o grupo Elenco; dia 19 às 14h, apresentação de "A Formiga Fofoqueira" com o GRUTA (Grupo Unido de Teatro Amador), às 21h - "Cordélia Brasil" com o TAI; dia 20/12, 15h "O Cavalinho Azul", com a Equipe Arco-Íris de Teatro Infantil; as 20h apresentação da Peça Teatral "Num fio de linha", com o Grupo Teatral Di-ferente.

---

cada), 2 tesouras, 10 fitas-cassete, 2 fitas para máquina de escrever facit, 2 caixas de percevejos, 2 fitas adesivas, 10 pincéis n. 0, 6, 12; 10 caixas de grapos n. 266

[16] A não participação desse grupo se deve ao seu grande envolvimento na organização do III CMTA- Congresso Mineiro de Teatro Amador -, na Comissão Setorial de Cultura do Centenário de Uberlândia e na Comissão provisória da Regional do SATTED - Minas.

Tendo em vista a "estratégia do projeto", foram feitos Debates e Pesquisas Dissertativas para os grupos que se apresentaram. Os debates foram feitos após todas as apresentações, sendo constituídos de uma primeira parte, onde o diretor ou assistente de trabalho fazia uma introdução e depois abria-se para as intervenções do público.

A pesquisa foi feita através de questionário específico, composto de perguntas para o grupo ou responsáveis do espetáculo.

Entendemos que tanto o debate, quanto a prática das pesquisas, contribuíram muito para os grupos, pois permitiram uma análise mais profunda dos trabalhos, do teatro de forma geral e do próprio momento histórico vivenciado.

Essa mostra homenageou a "Dona Chiquinha" (com o espetáculo do Grupo Livre de Dança de Defferson Melo e com a venda de fotos-homenagem da mesma).

Na organização dessa mostra, conflitos existiram e decorreram principalmente da diferenças de individualidades, e da convivência do modo de ser, das preferências, aptidões e julgamentos próprios sobre o mundo, de cada um.

Apesar de que no aspecto financeiro a III Mostra, ao invés de lucros, trouxe prejuízos (uma dívida de 23 mil cruzados), no aspecto cultural, ela obteve êxito. Pois foi um evento muito importante para o intercâmbio artístico dos grupos, para o fortalecimento das artes cênicas em geral, para a divulgação da produção teatral do município, para a ampliação da consciência e responsabilidade do "fazer teatral" amador e para despertar o interesse pelo mesmo.

Sendo que a entidade foi quem se responsabilizou pelos ingressos e cartazes (fizeram 270 ingressos para cada dia da mostra) entre outros, ela teve que realizar duas festas para arrecadar dinheiro e pagar as dívidas.

A situação econômica da ATU nessa época foi tão adversa, que não conseguiram pagar os direitos autorais à SBAT por ocasião da III Mostra e tiveram que prorrogar o pagamento de duas atas registradas no cartório.

Entre 19 a 22 de novembro, a associação participa do "III° Encontro de Política Cultural". Esse evento foi realizado pela SMC de Uberlândia e visava (pelo menos no discurso oficial) propiciar aos municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, bem como, aos demais municípios, através de órgãos e entidades ligadas à cultura, artistas e comunidade em geral, a oportunidade de discutirem a questão cultural do país e da região.

Os temas que foram abordados no decorrer do encontro foram sugeridos após discussões dos representantes de diversos segmentos da comunidade e foram os seguintes: "Paternalismo Cultural"; "O Legado da Cultura Negra" e "Cultura e Educação".

No seu período de gestão, a diretoria eleita passou por vários conflitos internos que levaram a cisões. No final das contas, o trabalho que inicialmente era para ser feito por dezoito pessoas, estava sendo feito por apenas três pessoas. É oportuno observar, que situações como essas, são extremamente desgastantes para as pessoas envolvidas, seja pela sobrecarga de trabalho, seja pela frustração de não encaminhar as atividades como se desejava, ou seja ainda, pela incompreensão da base.

Além de um palco móvel para empréstimo aos grupos, essa gestão reivindicou à SMC o direito de que as carteirinhas de seus filiados possibilitassem a entrada gratuita em qualquer espetáculo.

Entre as várias conquistas, a ATU elabora em 86 o projeto e consegue verbas junto á SMC para apoio aos grupos a liberação de todas as terças-feiras do Vera Cruz, para ensaios dos grupos ou reuniões.

A ATU realiza em 88, a "VI[a] Mostra de Teatro" com apresentações dos grupos em vários bairros da cidade.

Em 31 de janeiro deste ano, aconteceu mais uma "Assembléia Geral", onde foi apresentado a Prestação de contas e repasses, foi feita a apresentação dos candidatos e marcada a data da Eleição.

O não comparecimento nessa assembléia, dos grupos ou de individuais, sem qualquer justificativa antecipada por escrito acarretou o desfiliamento automático dos mesmos.

A diretoria mandou um representante para participar da "Quinta Reunião do Pólo Teatral do Triângulo Mineiro - FETEMIG", em Uberaba, nos dias 11 e 12 de fevereiro. Essa reunião aconteceu em dois dias devido à sua extensa pauta: Mostra de Teatro, Comissão Organizadora, Espetáculos para o FESTIMINAS, Seminário de Teatro- Debatedores, Grupo Convidado, Participação do Alto Paranaíba com espetáculos, Reunião da Regional Sudeste, Infomes Gerais, e Agenda da Federação e do Pólo. A estadia e a alimentação foi oferecida gratuitamente pela organização do evento.

Para ampliar o quadro dos filiados, no dia 05 de março, houve uma reunião para todos os grupos e técnicos que quisessem filiar-se à entidade. É importante lembrar que as reuniões que produziram maiores resultados, foram muitas vezes que buscaram o máximo de objetividade, que conseguiram evitar a variedade excessiva de assuntos, bem como, a dispersão das discussões, o desvio para temas paralelos, a repetição cansativa de argumentos e explicações. Além disso, quando conseguiram fugir às exposições e comentários de particularidades que apenas ilustravam situações sem contribuirem para tomada de decisões, bem como, quando os integrantes da reunião respeitavam as opiniões divergentes, permitindo que estas fossem expostas e defendidas.

Quando foram atendidas essas exigências mínimas, essas reuniões foram consequentes, isto é, não se limitaram à mera aparência de participação nem acarretaram tanto desgaste, dispersão de forças ou desânimo. Além de contribuírem bastante para a formação política das pessoas e conjugação de esforços, constituindo-se então, numa eficiente forma de participação.

No final dessa gestão, a ATU possuía os seguintes filiados: Luiz Alberto de Souza, Miracema Barbosa, Lucas Nascimento, os grupos Topázio, TAÍ, Sem Censura, Improviso, GATA, Grécia, Erectéion, Elenco, I Turma Diz-Diz, Di-Ferente, Davi, Cinterartes, Abaporu, Amostra, Aquárius, entre outros.

Como vimos, nessa gestão houve entre os filiados da ATU idéias diferentes a respeito da forma e do conteúdo da condução do movimento. Em certos momentos como no final da gestão, existiu até uma dispersão de forças e recursos, sendo até possível dizer que uns atrapalharem os outros em relação a certas atividades.

A gestão 87/88 buscou apesar das dificuldades, manter em pleno funcionamento a Associação de Teatro de Uberlândia, seja auxiliando os grupos nas montagens de espetáculos, dando continuidade às atividades teatrais na periferia fornecendo infra-estrutura necessária para isso em algumas ocasiões; seja iniciando o processo de introdução do teatro nas escolas, propiciando condições para viagens, de contatos, encontros, reuniões, congressos e seja ainda, procurando melhorar a representatividade teatral de Uberlândia noutras cidades.

Foram pessoas que possuíram necessidades afetivas, psicológicas e espirituais , que só poderiam ser atendidas com a ajuda e a participação de outros seres humanos.

A posse da **diretoria 88/89,** ocorreu no dia 16/03/88, com a seguinte composição: Presidência - Gladston Marques; Vice-presidente - Anália Pereira; Secretaria-geral -Claudinei Gomes; Vice-secretário - Luciano Gomes; Tesouraria -

Miracema Barbosa; Vice-tesoureiro - Paulo; Relações Públicas - Waldir Vieira. O Conselho Fiscal foi constituído por Ronan Garcia e Marli Lúcio.

Em grande parte, devido aos débitos financeiros herdados da gestão anterior, houve conflitos entre as diretorias da antiga e da nova gestão.

De 20 a 27 de março, numa promoção conjunta da ATU e do Pólo, foi realizada na sede da associação, uma exposição sobre o teatro de Uberlândia, com fotos, recortes de jornais, cartazes, figurinos, cenários, etc

Em agosto, a ATU reivindicou que fosse incluído gastos no orçamento do município, com os seguintes itens: construção de uma sede para a associação; destinação de uma verba especial à ATU e seus grupos filiados; construção de um Centro Cultural, que pudesse atender as necessidades dos artistas; construção de palcos móveis que servissem aos movimentos artísticos populares; repasse de materiais aos grupos associados e movimentos culturais; custeio de viagens e hospedagem completa para ministradores de cursos teatrais; custeio de viagens para grupos uberlandenses que forem representar a cidade em festivais, encontros, congressos em níveis estaduais e nacionais; publicação de textos teatrais, valorizando o autor uberlandense; verbas para promoção de encontros culturais, teatrais e de movimentos populares.

Quanto à realização da construção da sede, a ATU realizou uma campanha junto aos grupos, entregando o projeto de construção a eles, para darem seus pareceres e assinarem como co-responsáveis. Depois, entregaram o Projeto às autoridades da Administração Pública Municipal e acompanharam a tramitação do projeto. Nessa época, a construção da sede era vista como o pedaço de chão ideal para plantar a semente de seus sonhos e razão de seu prosseguir.

A associação estava com todo o pique para fazer reivindicações, nesse sentido, na semana seguinte reivindicou junto à SMC, a fixação da taxa de ocupação

dos teatros municipais Rondon Pacheco e Vera Cruz, em 15% da renda bruta da bilheteria para todos os grupos filiados, como também a fixação de 40% do salário mínimo vigente como "caução", na assinatura do contrato por dia de ocupação, referente ao título de garantia da realização do evento.

Essas reivindicações foram feitas através de ofícios nos quais havia as assinaturas dos grupos: Di-Ferente, Semear, Davi, GRUTA e Equipe de Artes Joãozinho e Maria. Elas são plenamente justificáveis mediante a constatação da contradição entre o preço cobrado pela Secretaria e o comparecimento do público, que já era mínimo, onerando assim, os próprios grupos e invibializando suas apresentações nesses espaços. Além é claro, de que é dever da SMC incentivar, estimular e fomentar a arte teatral, e não o seu contrário. Enfim, os preços cobrados eram incompatíveis com a realidade de Uberlândia.

Para discutir e deliberar sobre a entrega das carteirinhas e carnês, para fazer a leitura do novo contrato dos teatros públicos e sua ocupação e sobre como seria repassada a "subvenção" de 89 aos grupos e cursos de teatro, foi realizada uma "Assembléia Geral" em quatorze de maio.

Ainda nesse mês, a ATU participou da "VII^{a} Reunião do Pólo", no dia 27/05, às 15:00, na Escola Bom Jesus, na Praça Nossa Senhora do Carmo, 250, centro. Nessa reunião, foram entregues os certificados de participação na "IV^{a} Mostra do Triângulo" (aconteceu em Uberaba), a listagem com nome e endereço dos participantes, e discutidos os seguintes pontos da pauta: Avaliação da "III^{a} Mostra de Teatro do Triângulo"; Avaliação do "II^{o} Seminário de Teatro do Triângulo"; e a Sucessão do Pólo e da FETEMIG, entre outros. [17]

Em setembro, realizou a " IV^{a} Mostra de Teatro na Praça" Tubal Vilela, com início às 14:00 e término às 22:30 . Para isso, contou com palco, som e iluminação

[17] Nessa época, a coordenadora do Pólo era Lindomar Maria de Souza, sendo que a sede estava localizada na Rua João Pinheiro, 320, no bairro Boa Vista em Uberaba.

da Prefeitura. Com os espetáculos: "Di-Ferente II" e "Bastidores" do grupo DI-Ferente; "Show Nostálgico" do Grupo Grécia, "Os Alegríssimos" com Burraldo e Fofucha, "A Floresta que Chorava" do Grupo GRUTA, "Maria Minhoca" do Grupo Semear, "Homenagem aos Comediantes" do Grupo Davi, "Jiló e Jurubeba em Ritmo de Aventura" do Grupo Bebê de Criação.

Na sede da ATU, em outubro, foi realizada a reunião do "Encontro dos Bairros", sendo debatidas as seguintes questões: avaliação do "Encontro dos Bairros" do dia 24/09; avaliação da "Mostra Cultural" realizada no "Projeto Circo"; deliberação de propostas dos grupos; concretização da "Comissão" que será responsável pela organização de outros encontros e eventos; programação da atividades que serão desenvolvidas no próximo encontro.

A "IVª Mostra de Teatro de Uberlândia" aconteceu em novembro, com a apresentração das peças: "O Misterioso caso da Tanajura Francesa e as Árvores que Cresciam num Instante" de Apolinário Rocha, com a direção de Luiz Alberto de Souza e Suzilene Oliveira.

O "Seminário do Pólo Teatral do Triângulo Mineiro" realizado em janeiro de 1990, apresentou, aprovou e empossou a diretoria a seguir: Coordenadora Geral - Suzilene (Uberlândia), Primeira Secretária - Malu Pereira (Araguari), Segundo Secretário - Eurípedes Cassimiro (Uberlândia), Primeiro Tesoureiro - Paulo de Oliveira (Uberlândia), Segundo Tesoureiro - Gladston Marques (Uberlândia), Relações Públicas - Nassim Guerra (Araguari). Assim, como a maioria dos integrantes era de Uberlândia, a sede do Pólo de 90 a 92 foi nesta cidade.

Em 11 de fevereiro numa Assembléia Extraordinária, é eleita a nova diretoria da ATU. A princípio, a gestão 91/92 foi formada pelos seguintes componentes: Gladston Marques - Presidente; Sebastião Eurípedes - Vice-Presidente; Marcos Eurípedes - Primeiro Secretário; Cláudia da Silva - Segunda Secretária; Anália de

Carvalho - Tesoureira; Alípio Aparecido - Vice-Tesoureiro; Clésio Rezende - Relações Públicas. O Conselho Fiscal foi composto por Marlon Rangel, Dorival Motta, e Valdir Vieira Rosa.

A posse da nova diretoria foi feita logo após o Carnaval, isto é, no dia 04 de março.

Pela sua forma presidencialista de organização, a diretoria sempre correu perigo de que a comunicação entre integrantes de diferentes cargos se fizesse verticalmente, de cima para baixo ou de baixo para cima. Na medida em que o presidente geralmente podia ser considerado principal ou central ou representante dos demais, ele poderia concentrar as informações e fazer que as ações se iniciassem somente quando sua voz de comando mobilizasse a organização para agir, enfim, esses presidente teriam mais poder do que o restante.

Esse foi o caso das várias gestões em que Gladston Marques foi presidente. Como veremos mais a frente, se isso não tivesse se efetivado, ele não poderia ter realizado certas irregularidades como fez.

No entanto, algumas vezes não houve um "chefe", ou algum de seus integrantes que pudesse ser considerado principal ou central como nessa experiência. O que houve muitas vezes, foi uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo. Quer dizer, a realização de certos objetivos dependeu do engajamento consciente de todos na ação, numa atuação baseada na corresponsabilidade e na capacidade de iniciativa de cada um.

Nesses momentos o poder se desconcentrou, bem como, a posse das informações. Assim, houve uma maior abertura à entrada de novos membros, além da possibilidade de cada membro se desligar quando o considerou necessário ou conveniente, sem que isso fosse considerado uma traição ou um abandono.

No início de janeiro a ATU requere a liberação da subvenção no valor de Cz$ 100.000,00 (cem mil cruzados), conforme a Lei de n. 5296 (de dezembro de 90).

Claudinei Ferreira e o Grupo Di-Ferente se desfiliam da ATU em fevereiro desse ano. Depois é a vez de Anália Pereira desligar-se do cargo de Primeira Tesoureira da entidade, alegando motivos particulares.

O Pólo realizou juntamente com os grupos da cidade, uma reunião na SMC, para discutir a "IV^{a} Mostra do Polo Teatral do Triângulo Mineiro", sendo os pontos de pauta: comissões; participação do Alto Paranaíba; e outros.

Para que fosse feito o repasse à associação da liberação da subvenção, conforme a Lei de n° 5.012, a diretoria e os grupos tiveram que fazer muita pressão junto ao Prefeito Virgílio Galassi.

No entanto, não conseguiram. Isso piorou em muito a situação financeira da entidade, que já estava catastrófica. Numa associação como a ATU sempre foi preciso racionalizar a utilização dos recursos, para que não ocorresse a excessiva intensificação num determinado momento, sobrevindo depois a quase paralização. Bem como, seus participantes estivessem preparados, material e psicologicamente, para um trabalho permanente, como momentos mais favoráveis e com sucessos parciais, ao lado de situações mais difíceis, até mesmo com a possibilidade de pequenos retrocessos.

Em outubro de 1992 foi formada a "Comissão Pró-Reestruturação", que buscou realizar a filiação dos grupos e auxiliar no processo de prestação de contas da atual gestão, o qual se realizou no dia 18 de outubro de 1992, na sede. A comissão foi formada por Susilene de Oliveira, Flávio Goulart, Flávio Sassioto, Letícia Vianna, Luiz Arantes, Tarcísio Pinto, Claudinei Ferreira, Fransérgio Araújo, William Teixeira, Carmem Colombari, Rosária Maria, Ronan Garcia, Tânia Martins e Ana Teixeira.

Nessa assembléia, foi aprovado por unanimidade, um Conselho que assumiu a entidade jurídica e socialmente, respondendo pela mesma já a partir dessa data. O conselho foi assim constituído : Presidente - Luiz Arantes; Secretário - Claudinei Ferreira e Membros Representantes - Flávio Sassioto, Fransérgio Araújo e Susilene Ferreira.

Ainda nessa oportunidade, após explanação e esclarecimento sobre a impossibilidade de cumprir com a pauta estipulada, o presidente Gladston Marques apresenta seu pedido de renúncia, o qual foi acatado por toda a plenária.

Assim, o papel do Conselho foi também de agilizar o processo de novas eleições, além de receber a documentação da entidade, elaborar e fazer aprovar a proposta do novo Estatuto e do Regimento Interno.

A aprovação dessas mudanças estatutárias e regimentais foi fruto de um consenso, isto é , a construção de um interesse compartilhado. Todavia, esse consenso não foi um acordo em que as pessoas negaram suas diferenças, mas em que elas foram preservadas e respeitadas. As pessoas não estavam necessariamente de total acordo entre si, mas de acordo com alguma coisa, com um idéia central que era colocada acima de suas divergências. Assim, nesse sentido, foi a expressão de um exercício de convivência democrática.

Outra função do Conselho foi apurar certas irregularidades realizadas durante a gestão de cinco anos do Presidente Gladston Marques. Assim, descobriram que o mesmo havia se apropriado da máquina de escrever, de duas cortinas e de uma parte da subvenção da associação (que foi aplicada para comprar material de iluminação - 10 canhões 100 w, 1 stroboscópio simples, cinco folhas de gelatina e uma luz negra de 220w), para beneficiar seu grupo teatral.

Depois de enviar dezenas de cartas convocando Gladston para prestar contas sobre essas questões e o mesmo nunca comparecer, decidiram reaver esse material

por via jurídica. Assim, depois de várias tentativas de um acordo amigável, optaram por resolver o problema no Juizado de Pequenas Causas. No entanto, como Gladston não compareceu em nenhuma das audiências em que foi convocado, sendo portanto necessário que ATU encontrasse outro recurso jurídico e a mesma não dispunha de verbas para pagamentos de encargos diversos, achou por bem, encerrar a questão.

Cabe ressaltar que todas essas atitudes tomadas pelo Conselho foram decididas em Assembléias por votações amplamente discutidas anteriormente.

Essas pessoas que compuseram o Conselho foram artistas que tiveram que lidar com o difícil aprendizado de aprender não agredir o semelhante quando parecia necessário. Que tiveram que aprender a comunicar-se, a interagir e a decidir coletivamente quando a raiva ou a decepção individual parecia querer transbordar do peito em gritos incontidos de indignação. Difícil aprendizado porque o conflito declarado foi o elemento constitutivo dessa convivência entre essas pessoas .

Assim, vivendo no meio de tantos indivíduos que podiam exercer alguma influência para melhorar a situação da entidade e das artes cênicas, Gladston preferiu se omitir ao se preocupar nesse final de mandato somente com seus interesses pessoais.

Foi muito importante a participação desse pessoal que constituiu o conselho para que a definição dos rumos não fosse apenas a expressão da vontade e dos interesses de alguns. Isto é, que um pequeno grupo se corrompesse, perdendo de vista sua responsabilidade social, e acabasse dando preferência aos seus próprios interesses gerando uma situação de injustiça e autoritarismo.

Em novembro de 1992, Luiz Arantes publicou o "Edital de Convocação" da ATU à seus filiados para uma "Assembléia Geral Extraordinária" a se realizar no dia

29 desse mesmo mês, às 17:00 na sede da entidade, para tratar da eleição da nova diretoria da entidade.

De primeiro de novembro até o dia quatorze estiveram abertas as inscrições das chapas que concorreram às eleições para a diretoria da entidade. A sede permaneceu aberta no horário comercial durante todo o mês.

Assim, as eleições foram realizadas no dia 29/11/92, onde a chapa "Dionysos" foi eleita. Formada por Cê Jotta como Presidente, Tarcísio Pinto - Vice Presidente, Luiz Humberto Arantes - Secretário, Fransérgio Araújo - Tesoureiro, Gleides Pamplona -Relações Públicas e Flávio Sassioto - Suplente, a Chapa Dionysos tomou posse no dia 06/12/92 às 19:00hs na sede da entidade. Nessa oportunidade, além da solenidade de posse, aproveitaram para realizar uma confraternização regada à cerveja e refrigerante. Contou com a participação de mais de cinquenta pessoas.

Em dezembro, como ainda não havia sido votada a dotação orçamentária da ATU pela Câmara Municipal, a nova diretoria buscou pressionar vários vereadores para que não reduzissem a subvenção destinada pela SMC.

Para garantir o funcionamento da sede até o fim do ano, Flávio Sassioto se dispôs a prestar serviços (que antes eram feitos por secretários contratados), sem remuneração à entidade. Na ocasião Cê Jotta e Tarcísio doaram uma quantia em dinheiro equivalente aos gastos com transporte coletivo pelo mesmo. Dessa forma, o expediente ficou de segunda a sexta-feira, das 13:00 hs as 18:00.

Respaldando-se nas normas estatutárias da ATU que tinham por finalidade explícita, promover o cultivo das artes cênicas e congregar artistas, incentivadores e interessados, despertando a sociedade uberlandense para seus bens culturais, descobrindo, incentivando e apoiando valores, pugnando por espaço teatral amplo e maior participação municipal, estadual, federal e privada para o desenvolvimento do potencial de grupos teatrais e indivíduos ligados às artes cênicas, a diretoria da

gestão Dionysos elaborou o projeto "Faça Teatro", ou como convencionaram chamar "Projetão". Entenderam o mesmo como sendo o "fio condutor"" da gestão, no decorrer de seus dois anos de mandato. Mas é evidente que houve um desmembramento deste, em vários sub-projetos e propostas.

Esses sub-projetos foram: o "Reciclagem" - para qualificar o movimento teatral investiram nos setores da produção e do consumo, que envolveram palestras, seminários, oficinas, cursos e debates. Com isso quiseram colaborar para ultrapassarem as limitações que o "teatro interiorano" os impunha; o "Acervo Bibliotecário" - pensando que um aperfeiçoamento como toda e qualquer preparação teatral sem um amparo teórico seria muito difícil, buscaram constituir um acervo bibliográfico próprio para a entidade. Desse modo, solicitaram à Biblioteca Pública Municipal, a doação de livros e periódicos nas áreas de teatro, literatura, filosofia, sociologia, psicologia, história e artes em geral.

"Pesquisa" - buscaram juntamente com a SMC e outros setores ligados às artes cênicas ou não, recursos para promover pesquisas que resgatassem a história do teatro em Uberlândia; "Projeto Seis e Meia", percebendo Uberlândia como uma cidade onde a maioria dos seus trabalhadores circulam pelo centro após o expediente de trabalho, buscavam estimular os grupos de teatro terem a oportunidade de ocuparem os teatros duas ou três vezes por semana apresentando-se gratuitamente ou com preços simbólicos com intuito de incentivar a cultura local, e , criando o hábito das temporadas. Nesse sentido, os espetáculos começariam sempre às 18:30 hs.

No intuito de dar prosseguimento a seus trabalhos e informar seus filiados, essa diretoria realiza Assembléia Gerais no dia 14 e 27 de março, na sede da entidade. Nesta assembléia discutem e deliberam sobre os informes gerais, a conjuntura política, a situação da sede, a retirada de um suplente (Glaydes

abandonara o cargo de relações públicas), a atuação dos grupos, o "Projeto da Secretaria de Meio Ambiente", o Dia Internacional do Teatro e diversos outros assuntos.

Em março de 1993, a ATU promoveu no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação de Uberlândia, um debate sobre formas e sistemas de governo.

A iniciativa da nova gestão, pretendia propiciar com o debate, um maior esclarecimento a cerca do plebiscito que ocorreria naquele ano.

O evento que esteve aberto à participação do público em geral para o debate, contou com as participações do Deputado Federal Zaire Rezende, do Deputado Estadual Gilmar Machado, defendendo respectivamente o Parlamentarismo Republicano e o Presidencialismo, e do professor da UFU, Deolindo Menck defendendo o Parlamentarismo Monárquico.

No começo de abril de 93, a ATU realizou uma série de atividades em comemoração do "Dia Internacional do Teatro". A tarde promoveu palestras com os professores do Departamento de História da UFU, Rosângela Patriota e Robson Camargo do Departamento de Música, que deram ênfase aos temas: Teatro Nacional e Teatro Ocidental. Essas palestras aconteceram no salão da Casa da Cultura. Depois foi a vez das apresentações de grupos de dança como: Vórtice, Uai Q Dança e Cia de Dança Balé de Rua, seguidas de uma roda de capoeira. Gladys Pamplona, Flávio Arciole e o Grupo Di-Ferente, deram uma demonstração do teatro uberlandense.

No encerramento, shows com os músicos: Ecinho Duarte, Luiz, Paulinho, Alegria e Orquestra Sinfônica do Conservatório Estadual de Música Cora Pavan Capparelli. Para essas atividades, instalaram uma palco com mais ou menos 8X12 metros, aparelhagem de som e iluminação de palco.

Carlos José (Cê Jotta) então presidente da ATU, renunciou no final do mês de abril, por motivos alheios à sua vontade , sendo imediatamente substituído no cargo, pelo vice-presidente, Tarcísio Pinto.

A diretoria "fez das tripas, coração" para conseguir um "Micro-ônibus" para levar os interessados em participarem da "Mostra Estadual da FETEMIG", ocorrida na cidade de Araçuaí - Vale do Jequitinhonha. No entanto, não conseguiu o seu intento.

Para a Mostra Teatral de Araxá promovida pelo SESI/MG, a associação conseguiu apenas dez passagens, onde duas foram destinadas ao Grupo Topázio e oito ao Grupo Di-Ferente, por levarem um maior número de atores.

Dois membros da diretoria, Tarcísio Pinto e Flávio Sassioto, participaram como representantes da ATU na audiência pública da Assembléia Estadual realizada em Belo Horizonte, onde foi aprovada a subvenção estadual à entidade.

Historicamente além de irrisórias, as subvenções foram repassadas com meses de atraso, sendo portanto, corroídas pela enorme inflação do período.

Pensando neste problema, a Gestão Dionysus ao invés de ficar choramingando pitangas pelos cantos, foi propositiva, buscou saídas. Para isso propôs para os grupos que fizessem projetos bem fundamentados e antecipadamente, os quais seriam levados ao conhecimento da SMC, para assim negociarem uma subvenção que de fato atendesse as necessidades dos grupos teatrais. O interessante é que não ficou só nisso. Sabendo que a Secretaria de Cultura apenas indicava o valor a ser repassado, sendo a Câmara Municipal quem aprovaria-o ou não, buscaram apoio dos grupos para fazerem pressões junto aos vereadores nos períodos de votação do orçamento.

Em abril a diretoria encaminha à SMC, os projetos: "Domingo Tem Teatro na Casa de Cultura", "Revitalização dos Teatros Municipais", "Dinamização de Espaços

Alternativos", "Oficinas" e "Edital". Para viabilizar esses projetos no seu conjunto, a ATU propôs: formar comissões para discutir e elaborar planilhas culturais, efetivar leituras dramáticas em espaços abertos, participar da Comissão que analisava as propostas de ocupação dos Teatros Municipais (com isso, buscava reduzir a participação dos admnistradores dos teatros nessa comissão que aprovava o Edital), inserir oficinas circenses, obter patrocínio para a confecção de um boletim informativo mensal da ATU, abrir espaço para ensaios de grupos locais nos teatros, em horários disponíveis gratuitamente, isentar os grupos filiados da taxa mínima, cobrando apenas 10% sobre a renda bruta destes, participar com a renda de 2% em todos os espetáculos, discutir e intervir na política cultural da SMC e viabilizar urgentemente um espaço para ensaios fora dos teatros municipais.

A partir de maio de 93 a sede passou a contar diariamente com o jornal "Folha de São Paulo", como também com periódicos sobre teatro.

Após vários contatos com os grupos locais, a associação recusou a proposta da Sec. Municipal de Habitação e Meio Ambiente - Seção de Educação Ambiental. Isso porque a diretoria estava preocupada em organizar oficinas, palestras, seminários e cursos sobre teatro, além de buscar a filiação de novos grupos com comprometimento e coerência.

Nos dias 12, 26 de junho e 03 de agosto, produzem no salão nobre da Casa de Cultura, um curso de teatro com o prof. Robson Camargo.

Na tentativa de possibilitar cada vez mais o acesso de um maior número de pessoas às casas de espetáculos teatrais, a ATU reivindicou à SMC o pagamento de meia-entrada (50% de desconto) para os filiados da Associação. A diretoria da entidade argumentou ainda, que isso com certeza contribuiria para o "fazer teatral" da cidade, além de ser facilmente viabilizado, um vez que tal medida podia ser inserida no Regimento Interno dos teatros, como ainda o controle das "carteirinhas"

emitidas pela entidade seria efetuado também pela SMC. Quanto a isso, conseguiram nada de concreto imediatamente, apenas formar a "Comissão do Teatro" para tratar dos interesses dos produtores locais. Sendo que os representantes da entidade foram Tarcísio Pinto e Flávio Sassioto.

Em agosto desse mesmo ano, aconteceu no Vera Cruz o "I Festival de Atores do Triângulo", com o apoio da Secretariam Municipal de Cultura (SMC). Quase simultaneamente no Rondon Pacheco começou o curso "Teatro In Corpore Sano It", que foi até novembro. As aulas foram ministradas pelo ator e diretor Paulo de Oliveira e versaram sobre expressão corporal, orientação vocal, interpretação e análise de texto, introdução à história do teatro e noções teatrais, entre outros temas.

As inscrições foram feitas no próprio teatro. As turmas foram divididas em dois grupos, um para crianças de dez a quinze anos e outro para maiores de dezesseis anos, com aulas segundas e terças.

Apesar desses dois eventos não serem promovidos pela ATU, é importante reconhecer a sua participação indireta nos mesmos, por meio das suas cobranças, reivindicações e pressões.

No entanto, no que se refere à subvenção, a associação de teatro deixou bem claro para à Secretaria Municipal de Cultura que discordava em gênero, número e grau, do processo de distribuição da Subvenção do ano de 93 e solicitava a revisão de tal processo.

Em setembro a ATU recebe do Deputado Estadual Gilmar Machado, a subvenção no valor de Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros reais) referente a um projeto encaminhando anteriormente.

Em outubro de 93 a associação divulgou junto a seus filiados, o Curso da Prof. Rosângela Patriota - do curso de História da UFU . O curso denominado

"Tradição e Ruptura: Dilemas do Engajamento Teatral no Brasil dos anos 60, ocorreu nos dias 6, 7 e 8 das 13:30 às 17:30 no CDHIS - *Campus* Santa Mônica.

Nesse mesmo mês, a entidade esforçou-se para garantir junto à Câmara Municipal, que o montante de Cr$ 4.000,000,00 para o ano de 95 pelo Prefeito Virgílio Galassi fosse mantido. Para isso, ressaltaram que tal valor fora discutido extenuamente em cima de projetos entregues à SMC, em meses anteriores.

De 09 a 14 de novembro a associação promove a "Mostra de Teatro" no Vera Cruz e no Grande Otelo. Os espetáculos apresentados na mostra foram, "Antropofágico" do Grupo D'Um (Lucas Nascimento); "Chapeuzinho Vermelho" texto de Maria Clara Machado - Grupo Cultural Semear; "Salada Completa", uma adaptação de Edilson de Souza - Grupo Teatral Di-Ferente; "A Revolução na Mata" do Grupo de Teatro Gruta; "Este Banheiro é Pequeno Demais prá Nós Dois" texto de Ziraldo - Grupo América; "O Natal da Família Adams" texto e direção de Lou Bertoni - Grupo Elenco. Ainda houve uma programação alternativa nesse evento, isto é, uma festa de confraternização e encerramento no Mercado Municipal onde também foram encenados os monólogos: "Minas Enigma" texto de Fernando Sabino, com Júnior Monetti e "Porque os teatros estão vazios" de Karl Valentim, com Miguel Cunha.

Além de ser uma forma de alertar para o fato de que os "mecanismos para incentivo às Artes Cênicas foram completamente sucateados pelo governo Collorido"[18], essa mostra buscou ser um espaço de reconhecimento de outras dificuldades e deficiências , bem como, um momento de repensar as práticas, debates e reflexões. Mas também, de estabelecimento de novas metas e ideais e acima de tudo, de busca de unidade da comunidade teatral.

[18] PROGRAMA ATU- ***Mostra de Teatro. Uberlândia***, 09 a 14/11/93, p.1.

A ATU buscou a revitalização dos teatros através da luta pela priorização de espetáculos artístico-culturais para ocuparem os teatros públicos. Queria dar um basta na cotidiana prática de ocupação destes teatros apenas por festinhas de formaturas de escolas e academias. Partindo do pressuposto de que (apesar de não parecer) os dois teatros de Uberlândia são mantidos pelos impostos pagos pela população da cidade, a Gestão Dionysos" reivindicou à SMC a cobrança apenas de 10% para a ocupação dos teatros. Cobrar a taxa de 1 salário mínimo como era feito dos atores globais que lotavam os teatros era até mais compreensível para essa gestão da associação. Mas cobrar a mesma quantia dos grupos amadores da cidade e região era para ela um absurdo, uma extrema falta de incentivo à essa produção.

Essa gestão buscou possibilitar uma maior unidade da comunidade teatral da cidade, como ainda através desta, possibilitar uma maior reflexão sobre o seu presente. Procurou também incentivar as produções locais e reuní-las em torno de um proposta concreta de política cultural para o teatro uberlandense.

Esse momento histórico foi marcado por reflexões a cerca dos caminhos do "fazer teatral" em Uberlândia. Como vimos, diversas discussões e propostas foram encaminhadas nessa perspectiva.

A "Dionysus" entendendo a então sede da ATU como um espaço pequeno e ineficiente, trabalhou para viabilizar o projeto "Mercado Cultural". Tentaram convencer as autoridades à transformarem o Mercado Municipal em um centro cultural para apresentações teatrais, musicais e exposições. Além de trabalharem no dia-a-dia para efetivarem esse projeto, também lutaram por outros como: "Verbas" - buscando verbas extras juntamente aos governos federal e estadual e à iniciativa privadas e o "Boletim". Compreendendo ser primordial que os associados estivessem sempre informados sobre sua entidade, para tanto idealizaram a confeção de um boletim mensal onde estaria todas as informações, discussões políticas do

movimento, artigos dos associados, enfim, uma gama de discussões que estariam enriquecendo e politizando os artistas uberlandenses. Conseguiram publicar uma edição. O que já foi um grande avanço, pois infelismente em toda a sua história até hoje a ATU nunca valorizou como deveria a política de comunicação. Sendo esse aspecto, um dos equívocos históricos da entidade, ao nosso ver.

A diretoria reivindica em março, junto à Administração do Teatro Rondon Pacheco (caso houvesse disponibilidade) , a data de 10/04 e a isenção da taxa de ocupação. Essas reivindicações visavam possibilitar a apresentação do Grupo Independente, com o espetáculo "Na Cama Sem Dormir". A encenação desse espetáculo de autoria do próprio grupo, teve entrada franca.

Em agosto a associação reconhece publicamente a importância da implantação do Curso de Artes Cênicas na UFU, para o conjunto da produção cultural local. Além disso, parabeniza os professores, funcionários e estudantes ingressantes e se coloca a inteira disposição para um maior intercâmbio .

Nesse período a entidade conseguiu um dos maiores níveis de articulação com a diretoria da FETEMIG em toda a sua história. Em outubro, realiza no Salão Nobre da Casa de Cultura, um encontro com dois representantes dessa federação de teatro e a comunidade teatral local. No mês seguinte, promove no mesmo local a palestra "O Atual Teatro Mineiro" com o Secretário da FETEMIG, Thomas Edson.

Nessa época, a ATU já tinha ampliado bastante o seu acervo, possuía: os textos dos espetáculos "Dona Amélia" de Elsino José, "Tarde de Criança é Assim", de Miguel Cunha, "Amigos do Zé", de Eurípedes Cassimiro, "A Bruxinha que era boa", de Maria Clara Machado, "O Patinho Feio", "As Peripécias de Quindin e Brigadeiro", de Miguel Cunha, "A Menina Sem Nome", de Guilherme Figueiredo, "Pluft, o Fantasminha", "Hoje sou um e Amanhã Outro", de Qorpo Santo, "A Coelhinha Cafeiteira", "A Bailarina de Cristal", "A Revolta dos Brinquedos", "O

Palácio dos Urubus", de Ricardo Vieira, "O Gato e o Rato" de Altino Tesk, "Romão e Julinha", de Oscar von Pfuld, "Ajude Um Ser a Viver", "O Cavalinho Azul", de Reginaldo de Carvalho, "Rei Édipo", de Sófocles, "Charles Brasileiro Chaplin", de Guimarães Lobo, "Um Fio de Linha", de Marilda Kobachuck e Diana Ribeiro, "Burga, Brasileiro- Identidade 427 801", de Djalma Dayrell Júnior, "Os Bastidores", "Nadim, Nadim Contra o Rei de Fuleiró", "Escola de Mulheres", de Moliére, "Mamãe me perdoe", de Bonança, "A História que Vovó Contava" de Júlio Alves da Silva, além de folders de cursos e oficinas da "EITALC - Escola Internacional de Teatro da América Latina e do Caribe", os cadernos "Fazendo Arte" da FUNARTE, Informativos da "Associação Cultural José Martí" (sobre encontros, cursos, convenções, etc.), o boletim "Ponto e Vírgula" -Órgão Oficial da Secretaria de Cultura do estado de Minas Gerais, boletins e informativos do "INACEN", a "Revista Nacional de Artes Cênicas", a "Revista da Escola Nacional de Circo", "Boletins da CONFENATA", "Revista Ponto de Vista" do MECA de Ituiutaba, "Revista Ricardo Bandeira - 25 anos de Teatro", recortes de jornais, etc.

Dentre as pessoas que filiaram-se nos últimos 3 anos, estavam Zilah da Silva, Wilza Assunção, Vanilzo Mateus, Simone Afonso, Sebastião Eurípedes, Sandra, Paulo César de Oliveira, Paulo César Agostinho, Luiz Carlos Moreti Júnior, Lucas Nascimento, Janaína Balbino Lizardo, Ivens Martins Cardoso, Grupontapé de Teatro, Geziel, Francisco de Assis Silva, Fernanda Nocam, Eduardo Bernardt, Edilson de Souza, Divina Jesus, Décio Ribeiro , Daniela Inácio, Arlete Martins, Ana Maria Rodrigues, Alex Sandro Anjos.

Em dezembro, associação envia dois representantes para participarem do "Primeiro Sol em Cena". Evento teatral realizado em Araguari e coordenado por Nassin Guerra, com apoio do Sesiminas. O objetivo desse evento foi a reestruturação do Pólo Teatral no Triângulo Mineiro.

A gestão Dionysos aplicou os recursos orçamentários recebidos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais de acordo com os fins previstos no Estatuto desta entidade . A prestação de contas ficou disponível por um período de três anos, para fiscalização do órgão competente -na mesma havia os registros contábeis e a documentação comprobatória das despesas.

No que se refere ao processo sucessório, como nenhuma chapa havia se inscrito para compor a nova diretoria, a Gestão Dionysos teve que prorrogar sua gestão por mais quarenta e cinco dias. Isso aconteceu também para possibilitar um maior debate em torno do tema da sucessão.

Os membros componentes dessa gestão que foram até o fim da mesma, foram pessoas que nessa trajetória sentiram-se responsáveis pela construção de um movimento teatral forte na cidade. Mais do que isso, foram pessoas que estiveram muito longe do fatalismo, da subserviência, do ceticismo e da indifereça.

Gente capaz de ter conhecimentos das possibilidades e dos limites da comunicação social como instrumento de mobilização, bem como, de possuir alguns conceitos claros de participação, cidadania e de democracia e sobretudo ser sensível e tolerante para conseguir trabalhar com outras idéias e concepções.

Mas sobretudo, gente que superou o comodismo de fugir da tomada da responsabilidade que tal atitude envolve. Gente que percebia que sua omissão nessas questões traria prejuízos para eles próprios e, muitas vezes, para a coletividade teatral inteira.

É oportuno lembrar que com esse desprendimento para participarem das decisões coletivas, eles contribuíram para impedir que os egoístas e audaciosos, que procuram orientar as decisões para o sentido que mais lhes convém, tivessem parte desses anseios, frustrada.

É óbvio que seus integrantes exerceram uma atividade política mais ampla no que se refere à participação nas decisões ou pressões quanto às regras de organização da vida em sociedade, aos objetivos do Estado nesse sentido.

A eleição marcada para às 17:00 hs do dia 08/01/95 teve seu início às 17:30 hs. Votaram: Luiz Humberto Arantes, Tarcísio Pinto, Flávio Sassioto, Letícia Prata, Sandra Zuliani, Janaína Donatoni, Maria Amélia Fernandes, Flávio Sérgio Goulart, Paulo César de Oliveira, Fransérgio Araújo, Antônio de Albuquerque e Alex Sandro Montes. Às 18:30 hs foi aberta a única urna, ficando a chapa sendo eleita por doze votos, correspondendo a maioria simples dos eleitores presentes.

A "Chapa ATU-AÇÃO" foi composta por Fransérgio Araújo - Presidente; Maria Amélia Fernandes - Vice - Presidente; Letícia Prata de Velloso Viana (aluna do curso de Artes Cênicas da UFU) - Secretária; Janaína Donatoni Alves - (também aluna do curso de Artes Cênicas) - Tesoureira; Sandra Zuliani - Relações Públicas. O Conselho Fiscal foi formado por Tarcísio Pinto, Luiz Humberto Arantes e Flávio Sassioto (ex-integrantes da gestão anterior).

Sua formação nasceu de debates e profundas insatisfações com o quadro em que se encontrava o movimento teatral local. Acreditavam que a situação precisava ser mudada. Para isso, propuseram a união de forças da comunidade teatral em torno desta entidade. Pensavam que para a associação cumprir o seu papel ela deveria ser representativa no meio teatral. Entendiam que seu espaço físico deveria ser ocupado pelas discussões e debates a cerca dos problemas estéticos, políticos e econômicos que as artes cênicas enfrentavam cotidianamente. Acreditavam que a entidade precisava melhorar seu relacionamento frente à comunidade teatral e a sociedade em geral.

A carta proposta da "ATU-AÇÃO" iniciava-se com a seguinte afirmação: "Falar é um dever, justamente porque o essencial permanece mudo" (Eugênio

Barba).[19] Assim, no ano que marcava o décimo quarto aniversário da ATU, essa chapa pretendia insistir em que a entidade continuasse procurando projetar o seu grito de inconformismo.

Na busca da dinamização do processo de envolvimento cultural da cidade, estabeleceram algumas prioridades como: - realização de um Festival de Teatro Regional; iniciar projeto que viabilizasse a realização de uma Mostra de Teatro Estudantil; elaborar um Boletim Informativo para o meio teatral; estruturar um espaço mais adequado para as finalidades da ATU; ampliar o intercâmbio com os grupos de teatro locais e regionais; viabilizar discussões com a SMC acerca das ocupações dos teatros municipais; reavaliação do processo de filiação à ATU; retomar os projetos de apresentações em bairros e praças da cidade; viabilizar a descoberta e ocupação de espaços alternativos para apresentações teatrais; estabelecer diálogo com os setores de artes da UFU; incentivar o aperfeiçoamento através de oficinas específicas e estreitar o vínculo com entidades estaduais e nacionais (FETEMIG, CONFENATA e IBAC).

Depois de eleita, numa busca de atuar verdadeiramente no movimento teatral, a chapa procurou incentivar e estimular o apoio e a participação dentro da associação através de cartas e mensagens aos filiados. Nessas comunicações, enfatizava que a diretoria tinha por objetivo maior, congregar todos aqueles que faziam do teatro seu sonho, sua vida, seu prazer, sua arte e sua profissão.

> "Estamos cientes de que a ATU precisa melhorar seu relacionamento frente a comunidade teatral e sociedade em geral, para tanto necessitamos de sua participação para que nos apóie, ajude e nos aplauda ou que nos critique. Estamos receptivos, sem medos. Nós não queremos e não nos cabe atribuir culpas se o que pretendemos é modificar e resgatar esta entidade. Também não estamos livres de

[19] PROGRAMA DE GESTÃO. *Chapa ATU-AÇÃO*, Uberlândia, 1995, mimeografado.

> cometer falhas, mas queremos a chance de poder errar tentando acertar o caminho juntamente com nossos associados".[20]

Como demonstra a fala acima, pelo menos no que se refere ao discurso, além de ser uma diretoria bastante preocupada com a *representatividade*, via na *participação* o melhor caminho para que isso se efetivasse.

Com essa gestão a ATU ainda tentou não fechar portas do coração, acorrentar o outro ou trancar no peito a paixão. Tentou não adiar a alegria, abafar o riso e estancar o grito.

Em janeiro, a nova diretoria já sabendo da intenção da Secretaria de Serviços Urbanos de ocupar o espaço onde funcionava a sede da ATU, começou a sondar novos lugares para a mesma. Uma das possibilidades levantadas nesse momento, foi ocupar uma sala no antigo prédio da CEMIG, caso o mesmo fosse adquirido pela Prefeitura Municipal.

Como não foi possível pagar um funcionário para manter a sede aberta, a diretoria começou a fazer um rodízio entre seus membros nos seus horários vagos, até que conseguissem contratar alguém para tal tarefa.

A gestão começou a realizar o processo de filiação (de acordo com o ítem 7 de sua carta de proposta) para melhor funcionamento da entidade em fevereiro. A primeira medida a ser tomada foi tornar inválidas a partir daquele momento, as filiações existentes e as carteirinhas emitidas anteriormente, por estarem em desacordo com o Regimento Interno da ATU. Portanto, foi necessário àqueles interessados que possuíssem a carteirinha procurassem a ATU para sua regularização.

Como na gestão passada houve um distanciamento da SMC, a "ATU-AÇÃO", buscou uma aproximação articulada e coesa entre a diretoria da entidade e

[20] CARTA AOS ASSOCIADOS. *Gestão ATU-AÇÃO*. Uberlândia, mimeografado, 1995.

a secretaria. Nessa época, apesar de possuir duas pessoas de teatro na SMC, a mesma ainda não havia criado uma Seção de Artes Cênicas..

A diretoria continuou o trabalho de discussão e reformulação do da entidade. No entanto, diferentemente de experiências passadas já não estava contando com a participação da maioria dos filiados.

Estipula-se nesse período, uma taxa a ser cobrada dos filiados no valor de R$ 2, 00 (dois reais) para filiação individual e R$ 5,00 (cinco reais) para o grupo, sendo que a mensalidade foi estabelecida em R$ 3,00 (três reais) por indivíduo.

A grande maioria dos associados não estava comparecendo às reuniões e assembléias realizadas pela diretoria, por mais que essa insistisse na divulgação das mesmas através de cartas e telefonemas.

Foi realizada em março uma Assembléia Geral Extraordinária, onde o Presidente da associação, Fransérgio Araújo após ser pressionado por toda a diretoria, em vista de haver desligado completamente das atividades teatrais e não poder continuar no seu cargo com frequência, em função de seu trabalho lhe tomar quase todo o tempo, renuncia a seu cargo na diretoria. Maria Amélia Fernandes a partir dessa data assume a presidência da entidade.

Dando continuidade às suas atividades, representantes da associação participaram de uma reunião com a Secretária de Cultura e com os grupos teatrais a fim de apresentar seus projetos . Entre eles, a ATU intencionava realizar uma Mostra de Teatro Adulto, com participantes da cidade e da região.

Nessa época a entidade contava com tais bens materiais: instrumentos musicais - 1 violão *Di Giorgio* (Estudo n. 20), 1 caixa, 1 ripilique, 1 agogô, 1 triângulo, 1 sininho, 1 tamborinho, 1 pandeiro; aparelhagem de som - 1 potência *Stanner* , 1 mesa de som *Stanner* , 1 microfone *Le Son* SMS8, 1 pedestal para microfone, 2 caixas de som EMC Fr, 1000; outros - 1 mimeógrafo, 1 máquina de

escrever Olivetti ET *Personal* , 1 *micro-sistem* CCE (com dois *tapes*), 1 TV a cores *Phillips* , 1 vídeo-cassete *Phillips* , 223 livros, além de assinaturas de dois jornais e 2 fitas de vídeo.

A nova diretoria fez questão de já no começo de sua gestão, deixar bem claro que estes materiais eram para usufruto de seus filiados, podendo assim, contribuir de alguma forma nos trabalhos de montagem de espetáculos da "comunidade teatral de Uberlândia". Além do expediente normal, a sede ficou aberta todos os dias do mês de fevereiro das 17:00 às 19:00, para que as pessoas fizessem sua inscrição.

Depois da renúncia do presidente, e por vários outros motivos. A diretoria foi perdendo a força necessária coragem para lutar, para trabalhar, para fazer discussões políticas.

> "Foi uma época em que a gente perdeu uma verba pra a Secretaria de Cultura. Era uma verba de 33 mil reais que a Secretaria não nos pagou na época.
>
> Fomos expulsos do mercadinho (sede da ATU). A Secretaria de Abastecimento estava reformando o espaço e disse que ali só funcionaria órgãos da Secretaria de Abastecimento (...). A Creusa (a então Secretária de Cultura) tinha prometido que arrumaria um espaço. Que era pra gente tirar as coisas de lá e não arrumou nada".
>
> (Maria Amélia - Presidente da ATU nesse período)

Depois de muito lutarem para conseguir uma nova sede junto à SMC, obtiveram apenas a promessa do pagamento do aluguel de um novo espaço. A diretoria alugou um cômodo na região central da cidade, mas a verba não saiu dos cofres públicos - pelo menos, não chegou às mãos da diretoria da ATU.

Para pagarem o aluguel do mês que ficaram na sede, tiveram que pedir doações aos vereadores da cidade e outras autoridades. Depois disso o pessoal dessa diretoria desanimou de vez frente a tanta adversidade. A inexistência de solidariedade dos grupos, a inexperiência política do coletivo, a truculência da SMC

e o desinteresse geral foram o sinal verde para o abandono generalizado do mandato.

A ATU ficou sem funcionar até março de 1997, quando começou uma nova etapa de vida e de lutas.

2.1 - A Alteração na Balança de Poder do Movimento

Na tentativa de aprofundar mais a discussão sobre os fatores, razões, motivos e causas para o enfraquecimento da ATU nesse período, não podemos esquecer de um fator que é fundamental numa relação como essas : a organização.

> - "O pessoal do teatro não é mais muito unido, muito organizado. É isso que falta. Somos nós atores e as pessoas que trabalham com cultura que têm que se organizar e que tem que estar cobrando, seja quem estiver lá (...). Agora, ninguém se organiza e fica esperando pelo paternalismo e isso não resolve. A gente também é muito conformada, muito 'corpo mole', não tem muita garra (...). Também não adianta as pessoas fazerem as coisas sozinhas. ".
>
> (Maria Amélia)

A falta de organização coletiva também é uma característica do movimento teatral nesse período. Vários grupos se afastam da ATU - Associação de Teatro de Uberlândia deixando-a fragilizada frente ao Poder Público Municipal e permitindo até a perda de sua sede. Grande parte se deveu ao crescente repúdio e rejeição á organização, à instituição. A crença num "espontaneísmo e informalismo mágicos", funcionou como um elemento imobilizante, um verdadeiro "Cavalo-de Tróia". Assim, houve um enfraquecimento do poder de fogo do movimento teatral local, que repercutiu negativamente numa série de perdas de conquistadas asseguradas arduamente no passado através de muita luta.

Uma entidade não é representativa não só por que não tem apoio na base num campo de oposições. Mas é sobretudo pelo desinteresse dos grupos em nela se fazerem representar. Esquecem-se de que qualquer associação é bem mais do que a soma de seus associados. Que é a intervenção a participação, a cobrança de acordo com o que se quer.

2.2 Quando se espalha o veneno do "cada um por si"

"Ninguém é mais escravo do que aquele que se tem por livre sem o ser" (Goethe)

Outro motivo para a dispersão do movimento teatral amador nesse período é sem dúvida nenhuma, o individualismo exarcebado da sociedade nos anos 90.

> "As pessoas não conseguem mais se juntar em prol de um coletivo"
>
> . (Haydes)

> "Hoje as pessoas não trabalham mais em conjunto. Isso foi uma característica nos anos 80. Esse trabalho de grupo, de juntar muita gente por um ideal. As pessoas não tem mais ideais. Hoje as pessoas trabalham mais em cima das necessidades delas. E é um trabalho muito individual."
>
> (Luiz Humberto Garcia)

Nesse período ocorreram transformações na sociedade que implicaram na desintegração de padrões sociais mais propícios aos relacionamentos humanos e coletivos em função da hegemonia de valores que cultivam um *individualismo* quase absoluto.

A tendência contemporânea que se observa de apelo cotidiano ao isolamento e à solidão aumentaram o individualismo como "modo de vida": a solidão da exclusão da maioria é incomunicável. Assim, a euforia capitalista conferiu sustentação ao crescimento de um feroz individualismo, tendente a desconsiderar quaisquer proposições que valorizassem o coletivo ou dito de outra forma, que vissem o indivíduo como parte de um todo complexo do qual ele depende para se realizar como ser humano.

Enfim, o individualismo corroeu os laços comunitários e dilacerou o mundo interior das pessoas, fragmentando ainda mais o cotidiano. Cada vez mais as pessoas se

confinaram, aos seus restritos espaços privados, incapazes de realmente interagirem com os outros e, portanto, de criar uma experiência partilhada.

2. 3- E a Vaca foi para o Brejo e levou a Utopia junto

"Meu prazer agora é risco de vida
Meu sex and drugs não tem nenhum rock n' roll
Eu vou mandar a conta pro analista
Pra nunca mais ter que saber quem eu sou
(...) Meus heróis morreram de overdose
Meus inimigos estão no poder
Ideologia eu quero uma pra viver !"

(Cazuza)

" Um mapa do mundo que não inclua a Utopia não merece nem ser olhado, pois deixa de fora o país no qual a humanidade está sempre a desembarcar".

(Oscar Wilde)

" O Utopista
Ele acredita que o chão é duro
Que todos os homens estão presos
Que há limites para a poesia
Que não há sorrisos nas crianças
Nem amor nas mulheres
Que só de pão vive o homem
Que não há outro mundo"

(Murilo Mendes)

Essas epígrafes sintetizam de uma certa maneira, o espírito de uma época. Sem horizontes, não pode se esperar muito do presente. Torna-se muito mais fácil a aceitação passiva das idéias, das normas, dos valores ou dos comportamentos estabelecidos pela ideologia presente na sociedade.

A uniformidade das idéias, dos valores e dos comportamentos reduz as possibilidades de uma outra vida, de uma sociedade que realmente experimente a

liberdade, a justiça, a igualdade, a solidariedade, o amor, o lúdico. Isso além de minimizar o máximo possível de criatividade, de inovação, de crítica e imaginação, leva as pessoas à uma sensação de que "nada mais pode ser feito". A um certo fatalismo imobilizante.

Quem identifica isso com enorme agudez, é o artista teatral Umberto Tavares:

> "Hoje tudo é muito chato. Essa sensação de que tudo é muito claro, de que tudo está definido, de que o capitalismo venceu e de que os caminhos são estes, etc. e tal, é uma mediocridade que empobrece tudo".
>
> (Umberto Tavares)

A *derrocada do modelo "socialista"* implantado no leste europeu foi confundido por muitos como a derrocada da utopia, da possibilidade de um mundo mais justo, igualitário, livre e solidário.

O mundo se tornou muito mais marcado pelo aparente triunfo definitivo do capitalismo e derrota do socialismo. As profundas mudanças políticas dos anos recentes, cujo marco mais reluzente é *a queda do Muro de Berlim*, em 1989, reduziram ainda mais o espaço da utopia.

Tudo isso gerou um desdobramento em outra dimensão mais profunda e abrangente: a crise de valores, isto é, a incapacidade de distinguir entre as coisas e seu contrário, a impossibilidade de estabelecer valores diferenciados e, consequentemente, julgar, determinar critérios que permitam isolar uma coisa de outra. A incapacidade de julgar, quer dizer, de exercitar o juízo crítico.

Além disso, o que parece estar em crise nesse período é a confiança na própria capacidade de resolução dos problemas. A crise política tudo abarcou, ao passo que a sociabilidade se desagregou em função do individualismo, o domínio político perdeu a significação coletiva e participativa.

Nesse contexto, de crise utópica, mitológica, de valores e política, a ousadia necessária para romper com o pré-estabelecido, com os pressupostos e preconceitos e o

"amor à camisa" ficaram muito mais difíceis de acontecerem devido à aparente falta de perspectivas e saídas para os problemas criados pelo capitalismo, tornou praticamente "impossível" a ousadia e o amor essenciais à arte teatral.

2.4 - JUVENTUDE: Quem te Viu, Quem te Vê

"Nossa geração teve pouco tempo
começou pelo fim
mas foi bela nossa procura
Ah! Moça, como foi bela a nossa procura"
(Alex Polari)

Não dava para esquecer que a juventude mudou muito nos últimos anos, e isso também afetou o desenvolvimento do processo histórico da própria Associação de Teatro de Uberlândia.

> "Falta ousadia, ousadia e ousadia. Impossível . Nenhuma arte consegue dar um passo sem essa chamada ousadia. Enquanto o uberlandense for conservador, for coronel e primata ele não vai conseguir algo de novo. O que está faltando no teatro dessa cidade é isso, é uma voz que grite forte, que traga novas possibilidades. Que queira definitivamente romper com os pressupostos, com o pré-estabelecido, com o preconceito (...) Essa é a fronteira: ousadia. Quando um grupo de teatro não tem mais coragem pra ousar, pra teimar, para romper. Não tem razão nenhuma de existir".
>
> (Umberto Tavares)

Um fator observado que favoreceu a crise da ATU nesse período foi a não renovação de outros participantes da entidade, que não fosse ligado diretamente à gestão anterior.

Isso pode ser o sinal de um fenômeno social bem mais amplo: diferentemente dos jovens das décadas passadas, os jovens desse período estiveram ausentes dos processos de grande mobilização ou rebeldia.

Sem dúvida a juventude mudou. Ela se tornou *mais pragmática e menos utópica*. Nem ao menos amor a profissão ela tem, a única coisa que importa é ganhar bem. Sua visão se tornou estreita e seus objetivos mesquinhos. Com isso, não estamos querendo dizer que a juventude é rebelde por índole, por natureza. Apenas apontando para o vazio existente nesse período.

Mesmo considerando os estilos espetaculares surgidos na década de 80 (punks, darks, o Hip-Hop, etc) como uma forma de intervenção nos acontecimentos, é óbvio o esvaziamento do papel de agente propositor e transformador da juventude nesse período. Em relação as décadas de 60,70 e início de 80, a juventude do final dos anos 80 aparece como carente de empenho transformador ou mesmo de qualquer interesse por questões públicas e coletivas. Esses jovens não criaram muitos problemas em receber a herança das normas sociais de comportamento no processo de sua transmissão.

Essa não é uma juventude em contraste com a ordem social. Não tem um padrão "anormal" de comportamento. Poucos quiseram uma nova vida, autônoma e inventiva. Quase ninguém teve qualquer perplexidade e ressentimento contra a geração "adulta". Não foram excêntricos, delinquentes ou contestadores. Uma minoria ínfima recusou os cânones dos padrões dominantes, mesmo com todas as dificuldades de entrar no mundo adulto, de adaptar-se às suas normas e instituições.

Essa juventude expressa uma nova fase de regressão na vida política e fortalecimento das tendências políticas autoritárias.

Contudo, é relevante ressaltar que diferentes grupos -apesar da similaridade - experimentam os mesmos acontecimentos de um período histórico de forma diferenciada. Mesmo partilhando as mesmas experiências, uma vinculação a uma mesma região geográfica e cultural.

As respostas formuladas por uma geração não são únicas. Podem dar-se diferentes formas de reação intelectual e social a um estímulo histórico da mesma geração, constituindo diferentes unidades no interior desta.

Existem várias unidades bastante específicas, diferentes e até antagônicas. Isso quer dizer que não é toda a geração que produz um padrão peculiar de interpretação e atuação, ou seja, um tipo de característico de ação historicamente relevante, um estilo próprio.

Nesse sentido, é importante acentuar que não estamos fixando um modelo ideal de comportamento juvenil nos movimentos da década de 60, quando as manifestações estudantis e juvenis parecem ter atingido o grau máximo de utopia e de capacidade de interferência nos acontecimentos sociais. Assim, não se trata de cristalizar ua "essência"da condição juvenil como necessariamente portadora de utopias e de projetos de transformação.

Mesmo compreendendo que no final dos anos 80, tratava-se de uma outra conjuntura social, que colocou outras questões às novas gerações; e que estas encontraram outros ângulos para problematizá-las, outras possibilidades de equacioná-las e outras formas de expressá-las, entendemos que houve um *retrocesso* da participação juvenil na vida política e cultural da cidade e do país.

CAPÍTULO II

ATU: O CENTRO DE UM CRUZAMENTO

" É preciso viver e não apenas existir"

(Plutarco)

Vamos tirar o pé da "lama da crise" e colocá-lo no terreno inspirador da história de dedicação e amor ao teatro feita com as mãos, corações e mentes dos integrantes colaboradores , adversários e simpatizantes da ATU?

Nesse sentido, agora faremos algumas observações sobre o funcionamento , questões internas, normas e atuações presentes hegemonicamente em sua história. Isto é, aquilo que é mais recorrente e geral no período de 81 a 95.

A ATU foi registrada em cartório em 1981 como sociedade civil sem fins lucrativos, sob o número de ordem 1752 das pessoas jurídicas, e reconhecida como Utilidade Pública sob a Lei Municipal número 3429 em 1981. Tendo como finalidade principal incentivar e desenvolver as artes cênicas em geral.

Os contadores, datilógrafos e advogados que fizeram trabalhos para a ATU, na sua maioria foram trabalhos voluntários, sem qualquer tipo de remuneração.

O patrimônio da ATU é composto pelos bens imóveis e móveis que a entidade viesse a possuir, através de legados, contribuições, subvenções e quaisquer bens que viesse a adquirir.

A ATU não teve compromisso em responder por indivíduos ou grupos não filiados a ela. As reuniões da diretoria na sua maioria foram realizadas quinzenalmente. Seus diretores eram eleitos por dois anos, seguindo os critérios

estabelecidos no Estatuto, e não recebiam nenhuma remuneração da entidade, como nenhum dos sócios.

Os cargos que não estivessem funcionando satisfatoriamente geralmente tiveram seus responsáveis substituídos por solicitação da diretoria ou da maioria dos sócios em decisão em assembléia geral.

A diretoria não se responsabilizava por atitudes ou decisões isoladas de indivíduos ou grupos que comprometessem a entidade, utilizando, neste caso, dos meios que lhe competissem para neutralizar a ação.

Qualquer discordância de qualquer filiação sobre as decisões da diretoria, poderia recorrer ao Conselho Fiscal ou às assembléias gerais.

Em tese, os grupos ou indivíduos que quisessem uma reunião com a diretoria para tratar de assuntos específicos, deveriam encaminhar o pedido por escrito com antecedência de , no mínimo uma semana com pauta estabelecida, e teria por parte da diretoria, resposta, no máximo, após três dias feito o pedido.

Mas é claro que nem sempre foi possível realizar essa operação burocrática, ficando valendo somente a solicitação e a resposta verbais quanto às reuniões.

O apoio da ATU à qualquer grupo ou indivíduo, filiado ou não, geralmente foi discutido caso por caso.

Os grupos ou indivíduos que não estivessem presentes nas assembléias ou reuniões para as quais foram convocados, não tinham direito a discordar posteriormente, a não ser convocando nova assembléia ou reunião.

Como princípio ético, todos os grupos e indivíduos filiados à ATU foram considerados igualmente pela diretoria, ou seja, receberam o mesmo tratamento tanto para os direitos quanto para os deveres.

A filiação à entidade tinha que cumprir algumas exigências. Era preciso preencher o formulário, comprovar através de recortes de jornais, panfletos,

revistas, cartazes, programas, etc (todos com datas) que se estava atuando na área teatral ou no mínimo tenha atuado até um ano atrás.

Para permanecer como filiado, o membro deveria passar a conhecer o Estatuto e o Regimento Interno da ATU. A filiação era "controlada" de ano a ano, sendo que neste período o indivíduo que não participasse de maneira nenhuma do movimento teatral, teria sua filiação automaticamente desativada.

Houve durante esse período, uma taxa mensal para os filiados pagarem. O atraso de três meses consecutivos (pelo menos em tese) poderia provocar dependendo do caso, o desligamento do indivíduo da associação.

O recolhimento da taxa de mensalidade e entrega na tesouraria da entidade era feito de preferência pelo responsável do grupo, e em caso de filiação individual, entregue pelas próprias pessoas.

Os filiados tiveram direito à uma carteirinha como prova de sua filiação, que era renovada anualmente.

A utilização da sede para ensaios, reuniões, encontros, pequenas palestras e outras atividades fora do horário de expediente obedecia alguns critérios. O grupo ou indivíduo deveria encaminhar solicitação à diretoria, determinando com antecedência o período e o horário de uso para que pudesse ser incluído na agenda da sede.

Somente o funcionário da sede (quando existiu), através da diretoria esteve autorizado a entregar a chave ao responsável pela atividade, devendo ser devolvida sempre no dia seguinte. No entanto, dependendo das circunstâncias houve casos diferentes de utilização.

O responsável pela atividade ficava também responsável por todos os pertences da sede, bem como, em manter sua ordem, limpeza e conservação do ambiente.

Não era permitido qualquer "ato libidinoso" na sede, que comprometesse a "moral" da ATU ou pertubasse a ordem dos trabalhos.

Através da sede, todos os indivíduos ou grupos tinham direito e acesso aos arquivos da associação, mediante autorização do funcionário que se responsabilizava por esse ato. Esses documentos não podiam ser removidos da sede.

Qualquer empréstimo da sede para outras entidades, grupos ou indivíduos era por deliberação coletiva da diretoria.

O repasse da verba da ATU aos indivíduos ou grupos era feito após aprovados projetos ou propostas que deveriam ser entregues com meses de antecedência. Os projetos eram aprovados ou não pela diretoria, comissão para este fim específico, ou ainda, pela assembléia geral de acordo com os seguintes critérios de avaliação: - viabilidade financeira; - objetividade social; qualidade artística e grau de expansão cultural.

Caso fosse aprovado, o grupo ou indivíduo recebia a verba parceladamente, de acordo com o desenvolvimento do projeto, em datas previamente estabelecidas.

Posteriormente, o responsável pelo projeto deveria prestar contas da aplicação da verba à associação através de documentos legais (notas fiscais, recibos, etc...), inerentes aos gastos do projeto.

Os projetos deveriam ser apresentados segundo o modelo de projeto da entidade, que estava à disposição na sede da ATU. Para cada projeto aprovado e, posteriormente liberada a verba era estudada uma forma de repor esse dinheiro, para novas aplicações.

O Conselho Fiscal foi criado em 1986, para fiscalizar os atos e atitudes da ATU - grupos e indivíduos filiados, como também da diretoria, sendo que para isso,

tinha acesso à toda documentação e outros, no que se refere à administração da entidade. Este acesso foi garantido a qualquer dia e hora.

Esse conselho deveria também verificar as atuações, o desenvolvimento cultural, a participação dos filiados, dos departamentos e das comissões.

Cabia ao Conselho Fiscal acompanhar os trabalhos burocráticos da ATU e fazer que se cumprisse as normas estatutárias. Verificar se o que era decidido e concluído em assembléias estava sendo encaminhado de acordo com o deliberado: realizações, promoções, eventos artísticos em geral, organização, etc.

Existiu ainda uma outra forma de organização no interior da entidade, Eram os departamentos: todos os grupos ou indivíduos das diversas áreas das artes cênicas poderiam se filiar à ATU através dos departamentos. Mas o que foram os departamentos ? Os objetivos e metas a serem atingidos pelos departamentos, eram traçados pela diretoria e delimitados por reunião convocada especificamente para este fim. No entanto, tinha como objetivo principal, fixo e estratégico, a integração e colaboração mútua entre as diversas artes.

Eles funcionavam sempre (ou quase) com a presença de pelo menos um dos filiados à associação. Eram criados tendo caráter permanente até decisão em contrário em assembléia geral. Cada suplente da diretoria era responsável por um departamento.

A diretoria acompanhava os trabalhos dos departamentos e o desenvolvimento de seus projetos, e podia até afastar o responsável caso não estivesse cumprindo com o projeto.

Geralmente, as reuniões e assembléias da ATU seguiam algumas regras para o bom funcionamento e proveito dessas atividades.

No caso das assembléias, sua "mesa" era montada a partir da diretoria da própria ATU, cabendo à plenária sua aprovação ou não. Se desaprovada, a mesa

deveria encaminhar por votação as propostas existentes sobre sua composição, sempre em bloco, isto é, toda a "mesa", e não cargo por cargo (presidente, secretário, cronometrista, etc;). Por este motivo, a primeira deliberação após a instalação da plenária, era a composição da "mesa" de trabalhos. Em segundo lugar, a composição da Pauta, sua duração e o tempo de cada intervenção (quando se definia uma limitação de tempo).

Uma vez aprovada a "mesa", montavam a pauta. Esta deveria ser votada pela maioria da plenária, seja esta de uma assembléia ou reunião.

Por ordem, os assuntos definidos na pauta geralmente eram: a duração da assembléia ou reunião ("teto"); os pontos da pauta; o tempo de cada ponto, o tempo de cada intervenção.

Era função da mesa informar a plenária sobre o número de intervenções possíveis dentro de cada ponto, bem como, calcular o tempo suficiente ao encaminhamento de cada discussão, propondo encerrar as inscrições em uma dada falação. Por exemplo: suponhamos que se tenha quarenta minutos para determinado ponto. O procedimento "correto" era começar pelo fim.

Em primeiro lugar, a mesa calculava o tempo necessário que ela levaria para realizar os encaminhamentos da assembléia, plenária ou reunião (apresentação de propostas, sistematização, defesas e votação).

Em segundo lugar, projetava-se sobre o tempo restante o número de inscrições (no caso de três minutos por cada fala, trinta minutos corresponderiam a dez inscrições, o que sugeria à mesa, o encerramento das inscrições após a sexta ou sétima falação).

De um modo geral, nessa época usavam as *questões de ordem, esclarecimento e encaminhamento.*

As questões são recursos da dinâmica de uma assembléia, plenária ou reunião, além de serem as regras de seu próprio funcionamento.

A questão de ordem precedia todo tipo de questão feito à "mesa". Tanto em assembléia quanto em reunião, a questão de ordem era acatada ou não por vontade da mesa. Não sendo acatada pela mesa, a questão de ordem poderia ser colocada em votação pela plenária, isto é, a plenária decidia pela questão de ordem.

Quantitativamente, houve a predominância das questões de ordem, sobre os outros tipos de questões. Acreditamos que isso se deve ao seu caráter: ela objetivava sempre a correção de algum desvio ou distorção na discussão em curso relativo ao Estatuto, Regimento Interno, ou precedentes, decisões já tomadas de natureza deliberativa, etc. Por exemplo, suponhamos que em uma assembléia alguém encaminhasse à mesa propostas que ferissem as normas estatutárias e regimentais. Ou ainda, que estivessem em discussão a realização de um determinado evento onde se encaminhasse os responsáveis por ele. Neste também a questão de ordem era feita para lembrar a ordem correta da votação, primeiro aprovaria-se ou não o evento, depois tirava-se os responsáveis.

A questão de esclarecimento era solicitada em relação a: propostas, questões de ordem, pauta, etc. Só não podiam ser feitas sobre a intervenção de alguém ou durante o processo de votação.

A questão de encaminhamento era feita no final dos pontos em discussão propondo algo sobre determinado ponto.

A maioria das gestões que passaram pela ATU encararam o planejamento das atividades como bastante sério, merecendo destaque nesse aspecto, a gestão 84/85.

Buscando otimizar sua gestão e descobrir as melhores, mais eficientes e eficazes meios de chegar onde queriam, travavam longos debates para elaborar

coletivamente os *planos de ação*, as táticas estratégias da diretoria nos dias, meses e até anos seguintes.

Com a finalidade de contribuir efetivamente para a melhoria e desenvolvimento da arte teatral e cultura da cidade, procuravam dotar a entidade de uma política bem definida neste sentido. Conseguindo assim, ser mais representativa entre o conjunto dos grupos filiados.

De maneira geral, sempre houve um mínimo de planejamento em todas as gestões. Pelo menos houve propostas e reuniões que se realizavam com certa periodicidade. Algumas tiveram, até Conselhos e departamentos funcionando. Porém isso não pode ser aplicado para todas.

Contudo, foi inexistente gestões cujo planejamento fosse totalmente caótico e desestruturado (total inexistência de planos e organização mínima).

Boa parte das gestões, organizavam suas atividades e mantinham uma regularidade mínima de funcionamento .

Praticamente todas as gestões funcionaram basicamente através de reuniões periódicas e com um levantamento de atividades prioritárias previstas para determinado período.

Com o planejamento, buscavam evitar o "perder-se por aí". O que é muito fácil quando não se planeja racionalmente o que deve ser.

Na "Gestão 84/85" por exemplo, impuseram um nível de planejamento complexo. O que exigiu um mínimo de experiência no assunto e a participação de quase todos da diretoria da entidade. Essa foi com certeza, na pior das hipóteses, uma meta buscada ardentemente por esse pessoal. O que exigiu tempo e muitas reflexões.

Essa gestão contribuiu para a superação da desigualdade social através dos conteúdos que enfocou. Parece que conheciam bastante suas estratégias e objetivos

para elaborar adequadamente suas táticas e que também paravam para refletir sobre quais medidas eram necessárias de serem desenvolvidas para alcançarem seus objetivos principais.

Nesse sentido, desenvolveram uma política de organização como instrumento de sua atividade. Depois de fazerem o diagnóstico da sede, como precária para a realização de bons trabalhos, traçaram políticas de funcionamento e organização adequadas à realidade a que procuravam transformar.

Parece também, que buscavam conhecer os objetivos específicos de cada cargo, de cada instância no interior da tática geral da entidade. Assim, buscavam cumprir esses objetivos através de ações determinadas em um período de tempo (o que por sua vez exigia também, recursos humanos, financeiros e materiais, além de pessoas mais diretamente responsáveis e envolvidas com sua execução).

Depois desse processo, estabeleciam o plano (como conseqüência final do planejamento) com a finalidade de esclarecer, de modo claro, o que significava, por onde deveria atuar a entidade, e de que maneira e com quais recursos.

Nas suas reuniões periódicas, realizavam revisões a fim de readequá-los da melhor maneira possível às mudanças conjunturais.

O importante é que não valorizavam somente o conhecimento do conjunto das atividades, regras e comportamentos que compunham o universo da entidade, mas também, tinham como fundamental, o estabelecimento das prioridades, isto é, aqueles projetos, tarefas e programas que exigiriam maior atenção da entidade em relação aos demais. As vezes, era preciso escolher entre uma ou outra atividade, e por isso, era preciso a *priorização.*

A priorização se media em função de duas questões principalmente: a importância e a urgência. Assim, por vezes, uma atividade menos importante, mas urgente e não comprometedora em relação à realização das prioridades maiores,

tornava-se prioritária. Possuíam sensibilidade suficiente para avaliar a urgência das atividades e a importância relativa delas.

Só puderam concretizar todos os seus projetos através das suas realizações porque acreditavam que a iniciativa era mais importante que o perfeccionismo.

No entanto, essa gestão não se achou a "dona da verdade" e nem seus membros, os únicos capazes de guiar a categoria e dirigi-la.

É interessante como essa diretoria fez o trabalho de persuasão com os grupos não filiados a fim de se filiarem, depois das reuniões e discussões internas em busca de definições.

Porém, nem sempre a entidade foi ocupada pelos elementos mais ativos, avançados e conscientes do conjunto que pretendia representar. Não obstante, existiram vários casos de situações de contradição entre a consciência e prática da maioria dos grupos e da diretoria executiva da ATU. Ficar à deriva era o preço que pagavam pelo não domínio consciente dos objetivos e das prioridades de uma gestão.

É sempre bom lembrar, que entendemos como *estratégia*, um plano mais vasto e complexo do que a arte da aplicação direta e variável conforme as circunstâncias, tirando delas o maior rendimento possível.

Assim, um proposta só se torna estratégia, na medida em que se apóia num conjunto de princípios de caráter geral e de propósitos diretamente operativos intimamente ligados entre si. A *tática* representa exatamente o meio de aplicação da estratégia.

Entendemos que a organização da diretoria executiva numa estrutura presidencialista é em si um modelo autoritário de organização, pois contribui para a verticalização, centralização e burocratismo da entidade. A opção pela hierarquia e

distanciamento dos dirigentes dos demais participantes, cumpre o papel de reproduzir as relações sociais de dominação estabelecidas na sociedade.

Em alguns momentos de sua história, seja pelo conflito entre as táticas da diretoria executiva e grupos, ou qualquer outro motivo, a burocracia foi uma das formas que a diretoria usou para tentar controlar a base, na medida em que estabelecia normas que significavam uma forma sutil de hierarquização e disciplina.

Nas diversas gestões, é possível identificar evidências de diretores "internistas" (concentrados somente nas discussões internas), diretores "burocratas" (inclinados apenas para as tarefas de organização da "papelada" e do funcionamento da associação), diretores "cupulistas" (querendo exercer pressão unicamente através de acordos e negociações).

No entanto, existiram diversos graus e formas de engajamento político na ATU. Alguns integrantes, não se incomodaram com o sofrimento. Jogaram as suas fichas no futuro e até sufocavam a sua individualidade - seus gostos, prazeres, amores, seu tempo livre, quase tudo - em nome do coletivo da ATU e da sociedade. Mas é bom deixar claro que esses constituíram uma minoria durante todo esse tempo.

É possível dizer que de um modo geral, foram poucos os buscaram um real aprofundamento na teoria sobre o que estavam praticando. Isso pode ser considerado uma falha, uma vez que desempenha um papel chave no desvendamento das condições de luta e na transparência do caminho. Sobretudo, se encarada numa relação dialética com a prática. Nessa perspectiva, a teoria é a compreensão da prática, e a prática a preparação e expressão da teoria.

Assim, se por um lado, não realizaram estudos sistemáticos sobre a realidade, por outro também não trabalharam por puro entusiasmo, sem ter mais do que uma idéia confusa da conjuntura. No entanto, se não foram a esses extremos, o descuido

com a teoria, fica nítido na ausência de publicações da própria entidade (boletins, informativos, panfletos, etc.) visando divulgar as atividades da associação e discutir os problemas, desafios e perspectivas dos momentos históricos vivenciados.

Em alguns momentos, o problema foi que não souberam "adaptar-se" às conjunturas da luta. Desse modo, perderam várias filiações e suas ações não causaram o efeito esperado. A mobilidade e a capacidade de mudar constantemente de frente é uma tática fundamental para superação dos obstáculos.

Contudo, isso de modo algum significa perda da combatividade ou resignação e conformismo perante as condições impostas pelas circunstâncias.

Não trabalhamos com a tese da imprescindibilidade da ATU para obtenção de conquistas para os grupos teatrais. A questão é saber ver na sua criação todo o potencial que encerra.

Quando se fala de política da ATU, isto não se refere apenas às relações entre a associação e o Estado, mas à existência da própria atividade da entidade em relação aos seus filiados e ao restante da sociedade.

Nesse sentido, a proposta de atuação da ATU não negou a valorização do sentido humano da existência individual submetendo a uma valorização exclusiva do coletivo, significando isso um fardo ou massacre da individualidade de seus participantes.

Na prática cotidiana, a atividade política assumiu a perspectiva de realizar dimensões humanas mais profundas no relacionamento pessoal, com o respeito à diversidade inidividual e a crítica a formas predeterminadas de conduta. Assim, a democracia passa a se interiorizar como uma conduta pessoal de modo que as escolhas pessoais pudessem encontrar-se muitas vezes com as escolhas políticas.

Fica patente em diversas ocasiões, o fato de que a diretoria sabia que a realização da estratégia não depende somente de um ato de vontade, mas de um

árduo e paciente trabalho. Outro fato que salta aos olhos, é que de forma geral, as diretorias não se consideravam um agrupamento **de elite**, isto é, pessoas especiais e nem o lugar central do processo de mudanças.

Reconhecemos que essas pessoas, tiveram espírito de iniciativa, coragem nas denúncias, capacidade de improvisação, imaginação, audácia, tenacidade, firmeza e fidelidade. Quer dizer, pessoas que se armaram da força da alma que lhes permitiu ultrapassar todos os naufrágios das esperanças.

Dessa maneira, a ATU em sua trajetória histórica nesse período: amparou e defendeu os interesses gerais dos grupos associados, bem como, representou-os perante a comunidade, os poderes públicos federais, estaduais e municipais, cobrando dos mesmos o estudo e a solução de todos os assuntos que, direta ou indiretamente pudessem de alguma forma, fomentar a coesão e o fortalecimento do teatro; pleiteou e adotou medidas de interesse dos grupos filiados, bem como, estudou e propôs soluções para as questões e problemas relativos a seus representados; promoveu, de acordo com as necessidades, a adoção de regras e normas que visassem beneficiar e aperfeiçoar a atividade teatral amadorística, inclusive fomentando a criação de novos grupos; encaminhou sempre que solicitada, a solução, por meios conciliatórios, dos dissídios ou litígios entre os grupos filiados e concernentes às atividades relacionadas com os objetivos da associação; organizou e manteve todos os serviços que estivessem ao seu alcance que pudessem ser úteis aos grupos filiados, prestando-lhes assistência e apoio em consonância com os interesses gerais da categoria; pesquisou os recursos humanos, financeiros e materiais da cidade e região passíveis de serem canalizados para o apoio ao teatro; analisou a viabilidade e formas de sua utilização, manteve contatos e relacionamentos com órgãos públicos e entidades privadas; providenciou locais e instalações necessários para a sua respectiva sede e todo e qualquer evento;

distribuiu material didático obtido; ofereceu, quando assegurada, assistência técnico-didática, tais como cursos, oficinas, seminários, palestras, conferências, etc; estabeleceu contato com os grupos para conhecer suas condições de trabalho, necessidades e aspirações; promoveu, conjuntamente com os grupos, o levantamento das possibilidades de desenvolvimento e encaminhamento das soluções; .

Algumas gestões valorizaram o ***debate interno*** como forma indispensável de conter cisões e "rachas", evitar o burocratismo, a passividade e o espírito de rotina. Todavia tomaram o cuidado de que a luta política interna não consumisse quase todo o tempo da dedicação à entidade.

O *apoio por parte dos grupos* foi extremamente importante, principalmente quando ele primou pela qualidade do envolvimento dessas pessoas com a luta da ATU.

A entidade viveu uma constante luta durante todo esse período para manter a sua **autonomia** , frente aos ventos exteriores ao movimento teatral amador, como a SMC, os partidos políticos, sindicatos, etc.

Assim, como só se deseja e se defende o que se conhece e não se luta pelo que não se conhece, a ATU investiu no trabalho de formação teatral e **divulgação**.

Acreditamos face às diversas evidências nesse sentido, que a associação não foi de um modo geral, um pequeno **universo fechado sobre si mesmo**, sofredor e desconfiado de que os outros filiados quisessem roubar o "seu poder", o seu espaço.

Demonstraram saber que querer "dar **um passo maior do que a perna**" tentando abarcar uma tarefa por demais complexa e abrangente para os seus limites, poderia significar um obstáculo, uma barreira para a atuação.

De um modo geral, compreendemos que a ATU não se constituiu como **elemento de controle** sobre o avanço dos diversos grupos. Assim, não devemos confundir direção com tutela. A direção pode atuar no sentido de estimular e despertar iniciativas e coragem.

Seus integrantes de um modo geral, não se deixaram governar pelas circunstâncias, pela boa ou má sorte, pela opinião alheia, pelo medo ou controle dos outros. Foram pessoas que: acreditaram na possibilidade da ação política, no "milagre" da intervenção generosa do homem em busca de novos patamares de vida, contrapostos aos existentes; valorizaram o coletivo porque viam o indivíduo como parte de um todo complexo e do qual ele depende para se realizar como ser humano; em vez de encararem a vida passivamente, exerceram sua própria consciência, discutindo com os outros a situação das coisas, o sentido dos valores e fins estabelecidos socialmente.

É óbvio que existiram diversos graus e formas de engajamento político na ATU. Alguns, não se incomodaram com o próprio sofrimento e jogaram todas as suas fichas no futuro, sufocando muitas vezes a sua individualidade - seus gostos, prazeres, amores, tempo livre, tudo- em nome do coletivo da entidade.

As **propostas** feitas por cada gestão são frutos das análises conjunturais que cada uma fazia do momento histórico, dos interesses em jogo e do seu engajamento ou não na luta pela superação da opressão e miséria da sociedade.

Muitas vezes, souberam compreender a oportunidade que se punha à sua frente e não deixaram passá-la em brancas nuvens.

Em diversas oportunidades, a ATU ampliou sua articulação com demais segmentos organizados da sociedade civil (UESU, DCE/UFU, ADUFU, etc.) inserindo-se assim, em outras lutas igualmente pertinentes e dando uma demonstração de solidariedade.

Como sua luta foi na maior parte das vezes, uma luta contra a ignorância e a brutalidade, ao contrário de várias outras instituições, nessa associação sempre foi permitido: rir de alegria ou chorar de tristeza; ter algum sentimento que lembrasse um sentimento humano; pensar, refletir, questionar, falar a verdade e se calar quando não se tinha nada a dizer; tecer sonhos, ideais e utopias de liberdade, justiça e igualdade; ser solidário com o semelhante, etc. Desse modo, em diversas oportunidades, abriram espaços para que as pessoas colocassem suas dúvidas, queixas e sugestões.

Enfim, foi um lugar onde esperteza não foi sinônimo de pensar somente no próprio umbigo ou procurar levar vantagem em tudo.

Apesar de todos os problemas levantados, entendemos que a burocracia e a hierarquia na ATU, nunca gritaram tão alto nos ouvidos dos filiados a ponto de transformarem seus ideais em sussurros, e nem fizeram que a vida tivesse que ser um iníquo e triste acordo com a velha corrupção .

Para que o amanhecer não fosse mais noite do que a noite, ou se efetivasse o grande eclipse da coletividade, sua sede foi um lugar: onde dificilmente alguém foi orientado para se conformar com a vida dentro de uma prisão (mesmo que confortável) ou para viver de joelhos à espera de migalhas; onde as pessoas se envergonhassem de corrigirem os seus erros e opiniões, porque não se envergonhavam de pensar, sentir e aprender ; onde se desistiu antes de tentar ou se aprendeu a cortejar a hipocrisia, a mentira e a barbárie; onde não lutou-se para que o poder do dinheiro humilhasse dignidades, insultasse honestidades ou assassinasse esperanças.

CONCLUSÕES:

CACOS DE UM UNIVERSO EM CONTÍNUA EXPANSÃO

"Qual é o preço da experiência?
Talvez os homens a comprarão com uma canção
e comprarão a sabedoria dançando nas ruas ?
Não. O homem deve pagá-la com tudo o que possui".
(William Blake)

"A última palavra
Ainda não foi dita"
(Bertolt Brecht)

Com as informações obtidas, podemos dizer que historicamente a importância da ATU pode ser percebida por vários fatores.

Como vimos, a sua criação foi vantajosa sob muitos aspectos. Antes de tudo, as pessoas reunidas nela tiveram um poder de pressão maior do que aquele que teriam se agissem isolados. Dessa maneira, por exemplo o indivíduo que procurou uma autoridade para fazer um pedido teve mais possibilidades de ser ouvido ao se apresentar como membro ou dirigente da associação. Enfim, por todos os motivos anteriormente apontados a associação foi uma forma de participação política e cultural das mais interessantes, pois permitiu a conjugação de esforços, garantiu a continuidade das atividades e assegurou a proteção legal para os participantes, uma vez que o simples registro does estatutos lhe deu existência legal e lhe conferiu direitos que as autoridades foram obrigadas a respeitar em vários casos.

Considerando que é nessa entidade que existiu um planejamento e políticas de ação teatral coletivas, ela conteve em si todas as possibilidades de contribuir para um avanço real do movimento teatral amador. Através do seu intermédio junto à

Secretaria de Cultura Municipal e diversos outros órgãos e instituições, essa associação interviu consistentemente nos quatro setores da ação cultural: na *produção*, na medida em que por meio de campanhas diversas, tratou de criar o maior número possível de condições para que as pessoas interessadas conhecessem a parte essencial da aventura cultural que é a criação, distanciada milhões de anos luz da experiência passiva da contemplação, da recepção.

Na *distribuição*, promoveu a ocupação de quase todos os espaços disponíveis e buscou viabilizar novos espaços de atuação onde os espetáculos pudessem entrar em contato com eventual destinatário.

Na *troca do bem*, conseguiu junto a diversas empresas e órgãos estatais, subsídios para uma redução do preço dos ingressos dos espetáculos ou até mesmo a sua gratuidade em algumas circunstâncias.

No *consumo*, trabalhou no desenvolvimento de um programa de apoio à intelecção, à compreensão ou à recepção do bem cultural de modo a haver uma perfeita ou razoável apropriação do bem pelo seu destinatário, efetivando isso através de debates ao final dos eventos, palestras de caráter técnico ou estético, oficinas, logrando dessa forma, um processo que implicasse na apropriação plena do bem pelo sujeito, para que realmente o usuário usasse o bem, integrasse-o em si, penetrasse nele. Enfim, para que o receptor apreendesse a arte teatral em sua forma, seu conteúdo e sua matéria.

A ATU teve condições para incentivar e promover uma arte não preocupada apenas com os próprios projetos, com seu próprio mundo, e que se oferecesse como "instrumento" de transformação estética e social, acentuando dessa maneira, a diferenciação da "arte" puramente comercial e a arte autêntica, se opondo dessa maneira à *diluição* onde tudo se funde e se iguala.

No entanto, essa associação não pôde apenas armar os homens contra a exploração pela cultura e combater o nivelamento cultural, ela possuiu condições para revitalizar laços comunitários corroídos e interiores individuais dilacerados por um cotidiano fragmentante. Isto é, valorizar a transformação de indivíduos e grupos estruturados cujos membros compartilhassem um mesmo conjunto de valores afins. Contribuindo através dos eventos para a desalienação do outro, dos contatos humanos, levando-os a criar e desenvolver seus projetos sociais.

Essa entidade buscou afetar todas as dimensões do real (cultural, social, política e econômica) criando as condições para a totalização, no sentido dialético do termo, de um novo tipo de vida derivado do enfrentamento aberto das tensões e conflitos surgidos na prática social concreta.

Ela esteve no centro de um cruzamento, ligando diversas figuras normalmente afastadas umas das outras: o artista, a coletividade, o indivíduo e os recursos econômicos (ou fontes financiadoras, como o Estado ou a iniciativa privada, que não produzem a cultura e a arte diretamente, mas detêm o poder de torná-la realidade).

Isto significa dizer que, através da ATU, o teatro se pôs em contato com o indivíduo ou com a comunidade tanto quanto os grupos teatrais penetraram na comunidade (e o inverso, de modo particular) .Assim, essa entidade serviu à própria arte teatral na sua revitalização e atualização, ao indivíduo, sensibilizando-o para a criação e dando-lhe as armas para repelir a dominação cultural ou abrindo-lhe as possibilidades para tornar-se um artista ele mesmo. Ao coletivo (público) ao oferecer um serviço a que de outro modo não teria acesso. E serviu ainda aos artistas, dando-lhes condições de aproximar-se de uma comunidade, entender-lhe as aspirações e criar em sua conseqüência.

Assim, essa associação estimulou: a criação de novos grupos e orientou-os em sua organização, bem como, o maior contato dos grupos com a sua realidade regional, a fim de que o produto do trabalho dos mesmos contribua efetivamente para o desenvolvimento de sua própria cultura; a troca de experiências entre os grupos.

Apesar de sua estrutura formal ser presidencialista, e portanto, autoritária, hierárquica, centralizada e vertical, na prática, entendemos que a ATU demonstrou-se nesses anos, uma entidade autônoma, organizada, democrática, participativa e representativa em diversos períodos.

Autônoma porque nesses momentos, suas decisões, a supervisão das atividades e aplicação dos recursos (ou sua variada captação) e avaliação dos resultados foram de responsabilidade exclusiva da própria entidade, através de suas instâncias de discussão e deliberação.

Organizada porque não se confundiu com a simples (re)união de grupos em esporádicas mostras ou encontros; ou que limitou a entidade a uma orientação burocrática-legal, de levantamento e cadastramento dos grupos e sua orientação e registro, dados necessários, mas não fins em si mesmos e que poderiam fazê-la perder de vista o trabalho comum, contínuo e intercambiado, dos grupos antes isolados ou dispersos pela cidade, bem como a ligação desse trabalho com o dos agentes sociais da cidade em que estavam inseridos(suas aspirações, necessidades, interesses e expressões).

Democrática, participativa e representativa, porque possibilitou às bases o poder de decidir, por eleições quais seriam seus representantes, e principalmente pela realização permanente de assembléias gerais e reuniões abertas.

Nesse sentido, pensamos que essa prática de assembléias é extremamente importante porque valorizou a democracia direta, única sede do verdadeiro poder de

decisão que é contraposta tanto às representações eleitas como às burocracias que administram as forças e interesses coletivos. O recurso à assembléia é um modo de realização de uma maior participação, e fundamentalmente útil para impedir degenerações oligárquicas, burocráticas, plutocráticas, etc; por desconhecerem ou não entenderem as reais necessidades da base.

No entanto, é oportuno salientar que não ocorreu uma prática de "assembleísmo", isto é, levar às extremas consequências a realização de assembléias, com a negação de toda forma de organização e direção política, conduzindo ao esvaziamento do movimento e condenando-o à nulidade política. Pois de outra sorte, premiaria apenas as minorias ativas e dinâmicas, com inteira desvantagem da maioria apática.

Representativa também porque foi conduzida exatamente através de uma atuação capaz de estimular a participação efetiva dos grupos e indivíduos, pois não existindo essa, mais que a representatividade, cairia por terra a própria ATU.

A ATU somente se tornou uma entidade representativa por que seus próprios representantes não se conduziram por razões pessoais, insurgindo contra decisões coletivas e manipulando reuniões de uma forma em que era fácil evidenciar segundos propósitos. Isto é, conseguiu o fortalecimento na medida em que despertou em cada um o sentido de responsabilidade que lhe cabia diante da entidade, ao invés de defenderem posições ambíguas, com argumentos sofismáticos, que nunca poderiam levá-la a cumprir seu papel de, realmente ser o eco legítimo das aspirações de seus filiados. Em outras palavras, fortaleceu-se através de todo o esforço coletivo desenvolvido, superando entraves burocráticos, falta de recursos, boicotes, desníveis e desinformações, críticas, divergências e contradições.

Nos seus momentos de estagnação, a nosso ver devemos responsabilizar de maneira alguma, responsabilizar um indivíduo (o presidente, por exemplo) por essa

situação, pois além de injusto, isso seria falsear uma noção fundamental: a de que uma entidade é, ou deve ser, fruto do pensamento e atuação de todos os seus membros, mesmo sendo inquestionável que a firmeza das lideranças possa conduzir a melhores resultados na ação.

Constatamos que as dificuldades de organização e estruturação da ATU, bem como a desarticulação dos amadores, estavam profundamente vinculados à ausência de uma determinação política. Muitas vezes, essa falta de políticas de ação definidas impediram o estabelecimento de diretrizes claras quanto ao avanço do movimento.

Entendemos que a determinação política citada se configurou pela falta da busca de um objetivo compatível com as necessidades concretas dos grupos. A dissolução temporária da ATU em 1995, se deve fundamentalmente a que os grupos de teatro da cidade não assumiram de maneira mais efetiva a sua responsabilidade no processo de manutenção do funcionamento da entidade.

Na medida que sempre um grupo de pessoas, decidiu e agiu com objetivos comuns, ou aproximados, buscando cotidianamente, resultados decididos e desejados por todos, é possível dizer que durante esses quatorze anos de existência da entidade, ocorreu um processo de mobilização na maior parte do seu tempo. Assim, nesse sentido, ela buscou criar as condições econômicas, institucionais para que esse processo de mobilização ocorresse. Em suma, foi a principal responsável pela viabilização do movimento nessa época e por conduzir as negociações que lhe deram legitimidade política e social.

Compreendemos que o posicionamento dos órgãos estatais encarregados do setor cultural em relação aos grupos de teatro amador, não respeitaram muitas vezes suas diretrizes e nem reconheceram a atuação de sua entidade representativa. Quando forneceram verbas em várias ocasiões, buscaram mais enfraquecer e impedir a articulação de grupos e entidades, tentando assim, evitar qualquer

contestação e posicionamento crítico, do que contribuir para o seu pleno desenvolvimento. Em outras palavras, usaram o dinheiro público como instrumento primordial de estímulo à desagregação.

Considerando que as administrações do Poder Público Municipal, muito pouco fizeram no sentido de: estimular a criação, formação e capacitação dos grupos de teatro, viabilizando espaços propícios para estas manifestações, estimular de maneira contínua, a qualificação, atualização e ampliação dos recursos vinculados à area de cultura, garantir a adequação dos serviços prestados e o planejamento das atividades da SMC, concluímos ser impossível diferenciar nesse aspecto a política cultural da "Nova República" da política cultural da "Ditadura Militar", uma vez que além de todos esses problemas, as decisões tomadas por ambas continuaram sendo vindas de cima par baixo, numa sistemática repetição do autoritarismo e do verticalismo políticos.

Se o grau de engajamento na luta pela real democratização de uma administração equivale ao grau de importância que dá a esfera cultural, como elemento de reflexão crítica e instrumento primeiro na construção da cidadania, então podemos dizer com tranquilidade, que as sucessivas administrações públicas pouco fizeram nesse sentido.

Compreendemos isso, tendo em vista fundamentalmente que o princípio básico para o exercício da democracia da cultura está vinculado diretamente à prática da descentralização. O que implica nessa ótica não só em manter e ampliar os "bens" e equipamentos culturais, mas assegurar a gestão coletiva dos recursos e das políticas culturais.

É essencial que o Estado intervenha a favor da democratização da cultura e propicie às classes populares os meios de acesso a ela. Mas a questão que se coloca no momento é que : se o Estado não caminhou um milímetro sem a força da

mobilização popular, rumo a minimizar as injustiças sociais e contribuir para a felicidade coletiva da população, quem diria assumir o dever de popularização do teatro ? Ou seja, entendemos que no fundo seria ingenuidade de nossa parte esperar que um Estado que não atende nem os problemas sociais mais básicos da população – ligados à sua própria sobrevivência – seja justo em relação `a arte e ao teatro em específico, através da ATU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O Sol Se Põe Mas a Alvorada Vem... Para Quem Corre Atrás.

"O tempo é a minha matéria, o tempo presente,
os homens presentes, a vida presente."
(Carlos Drummond de Andrade)

"O que quer que possa fazer, ou sonhe em fazer, comece-o.
Existe algo de genialidade, de poder e de magia na
coragem" (Goethe)

" Faz escuro mas eu canto
porque a manhã já vai chegar" (Thiago de Mello)

"Para o júbilo o planeta está imaturo.
É preciso arrancar alegria ao futuro"
(Maiakóvski)

A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio.

Assim, para aqueles que ainda se preocupam em conhecer um pouco mais do passado, esse pequeno estudo será útil para efetuarem qualquer tipo de avaliação, auto-crítica e para repensarem sua prática.

Isso também por que não vemos o passado como algo distante, morto e enterrado, que existe somente para ser contemplado, já que não tem nessa visão, nada a ver com a vida dos dias de hoje. Contudo, sabemos que o caminho nunca é o do retorno. É impossível a reconstituição de situações e circunstâncias do passado, elas desapareceram.

Não estamos obsecados pelo passado, nem corroídos pela amargura de ver a situação atual. Pensamos que o amor pelo passado nada tem a ver com indiferença pelo presente. Pois ao contrário do sentimento nostálgico, que é uma evasão de um presente insuportável para um passado pleno e agradável, a história (escrita) como entendemos é sobretudo uma valorização presente de certo passado, buscando-se assim dentro do nosso campo de ação no momento -a pesquisa científica - influir na ação futura. Ficar chorando a grandeza perdida em nada contribuirá para o porvir do teatro.

Não tivemos a pretensão de descobrir a "solução"para todos os problemas levantados, nem muito menos revelar os "segredos"para a superação das condições

adversas. Apenas buscamos refletir sobre pontos impressos na lógica interna desse processo a fim de vislumbrar alguns horizontes.

No entanto, acreditamos ser uma postura no mínimo bastante cômoda e egoísta, a de que em face de que a Associação de Teatro de Uberlândia não possuir a força de mobilização e potencial realizador do passado, ficarmos venerando as glórias passadas, ou as condições objetivas e subjetivas ideais que a fará erguer novamente. Pois, é fundamentalmente a partir de *nossas ações* individuais e coletivas que em parte essas condições poderão ser criadas. A postura de "braços cruzados"nesse sentido significa trabalhar com a idéia de crise, na perspectiva de que é só esperar a crise acabar que a gente sabe o que aconteceu.

Não vamos por favor, cair nessa *lógica da crise* também, vamos ao invés disso, tentar perceber pelo menos alguns problemas, o que está acontecendo para intervir no processo enquanto sujeito ativos. Pois, os fatos político-culturais e a história somos nós que fazemos, quando criamos de nossa parte as condições para uma mudança na correlação de forças dessa conjuntura.

Por fim, compreendemos que o erro, a mentira ou qualquer tipo de complacência servirão apenas para o proveito daqueles que buscam explorar, usurpar e dominar os outros homens.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M,H, Tavares; "O Sindicato no Brasil : novos problemas , velhas estruturas" In: *Debate e Crítica.* n. 6 , S.P. Hucitec, 1975.

ALVARENGA, Nízia M. *As Associações de Moradores em Uberlândia- Um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade.* São Paulo, PUC, 1988, (Dissertação de Mestrado).

ARANTES, Antonio A. *O que é Cultura Popular* . S.P . Brasiliense . 1987.

ARRABAL, José; LIMA, Mariângela Alves de; PACHECO, Tânia. *Anos 70.* Rio de Janeiro, Europa, 1980.

CERTEAU, M. de. "A Operação Histórica", In: LE GOFF, J. 7 & NORA, P. (orgs.) *História Novos Problemas.* 2ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.

CHAUI ,Marilena . *Conformismo e Resistência* . S.P . Brasiliense. 1986.

_____. *Convite à Filosofia* . S.P . Ática, 1994.

_____. *Seminários.* São Paulo, Brasiliense, 1983.

COELHO, Teixeira. *O que é Ação Cultural.* São Paulo, Brasiliense,1989.

_____. *Usos da Cultura (Políticas de Ação Cultural),* São Paulo, Paz e Terra, 1986.

COSTA, M. M. ALVETTI, Celina; LACERDA, M. I.; FRANCIOSI, Eddy. *Teatro no Paraná.* Rio de Janeiro, INACEN, 1986.

DORT, Bernard. *O Teatro e sua Realidade* .São Paulo, Perspectiva, 1977.

FENELON, D. Ribeiro. "O Historiador e a cultura popular: História de Classe ou história do povo ?" In: *Revista História e Perspectivas* .nº6 UFU, 1992.

_____. Trabalho, Cultura e História Social : Perspectivas de Investigação . In: *Projeto História, Rev. História e Cultura* , nº 4,PUC-SP, 1984.

FERREIRA, M. de Moraes. *História Oral e Multidiciplinaridade.* Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

GARCIA, Silvana. *Teatro da Militância* , SP. Perspectiva . 1990.

GARRIDO, Joan del Alcazar. " As Fontes Orais na Pesquisa Histórica: Uma Contribuição ao Debate." In: *Revista Brasileira de História.* Vol. 13, n. 25/26, S.P. ANPUH/Marco Zero..

HARBERT, Nádia. *A Década de 70 - Apogeu e crise da ditadura militar brasileira.* São Paulo, Ática. 1994.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História.* São Paulo, Ática, 1989.

NSKI, Bernardo. *Abertura, a História de uma crise.* São Paulo, Brasil, Debates, 2.

HNER, Maria Helena. *Teatro Amador-Radiografia de uma Realidade (1974/1986),* Rio de Janeiro, INACEN, 1987.

ARSON, Adalberto. "Reflexões sobre o procedimento histórico." In: Silva, Marcos A. da (org). *Repensando a História.* Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.

CELI, Sérgio. *Política Cultural Comparada,* Rio de Janeiro, FUNARTE, 1985.

MICHALSKI, Yan. *O Teatro sob Pressão - Uma frente de resistência.* Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira.* São Paulo, Brasiliense, 1991.

PEIXOTO, Fernando. *O que é Teatro.* São Paulo, Brasiliense,1980.

_____. *Um Teatro fora do Eixo.* São Paulo, Brasiliense,1993.

_____ *Teatro em Movimento.* São Paulo, Hucitec,1989.

_____ *Teatro em Pedaços.* São Paulo, Hucitec,1989.

_____ *Teatro em Questão.* São Paulo, Hucitec,1989.

QUEIROZ, M. I. Pereira de. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva.* S.P. EDUSP, 1995.

REVISTA HISTÓRIA E PERSPECTIVA .Uberlândia, nº 4 , UFU, 1991.

RODRIGUES, Marly. *A década de 80-Brasil: quando a multidão voltou às praças.* São Paulo, Àtica, 1994.

SILVA, E. Honório. *O Fazer Teatral-Forma de Resistência.* Fortaleza-CE, EUFC, 1992.

SILVA, Marcos A. "O trabalho da Linguagem". In: *Revista Projeto História,* (11), set. 1985.

_____. (coord.) *A República em Migalhas-História Regional e Local.* São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990.

THOMPSON , E. P. *A Miséria da Teoria.* RJ, Zahar, 1981.

VIEIRA, M.do Pilar, PEIXOTO, M. Do Rosário, KHOURY, Y. M. Aun . *A Pesquisa em História* . S.P. Ática, 1994.

VON SIMSON, Olga de M. *Roteiro Prático para Pesquisa com Método Biográfico.* Campinas, 1995. Mimeografado.

WILLIANS, Raymond . *Marxismo e Literatura* . R. J. Zahar, 1979.